

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vitória da sociedade (Editorial) 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita extra de R\$ 9 bi sobre petróleo 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores falam em aumento de "guerra fiscal" (Editorial) 7

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma acaba com aberração do sistema tributário (Editorial) 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fatiamento da reforma depende de análise técnica, diz relator 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode pôr fim a "armadilhas" 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Debate sobre corte de despesas volta ao radar 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alíquota do IVA ainda é incógnita após reforma passar pelo Senado 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para montadoras, investimentos no país estão sob risco 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para centrais, sanção de desoneração da folha é importante 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cúpula da Câmara avalia mudanças na tributária 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova emenda impositiva divide Centrão e preocupa PT 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco quer avançar agenda econômica 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara deveria cortar exceções e melhorar reforma tributária (Editorial) 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos lucram R\$ 25,2 bi no 3º trimestre 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Há muita incerteza se teremos fiscal sustentável" 28

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A reforma e os regimes aduaneiros especiais - OPINIÃO JURÍDICA 30

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda as mudanças da reforma tributária no Senado 32

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco: É preciso restringir o acesso ao STF 36

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode ser fatiada para aprovação este ano 39

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin agiu para garantir benefício a montadoras em Reforma Tributária (Reforma tributária)
..... 41

G1 - NACIONAL - AGRO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cesta básica com isenção e impostos mais baixos: os pontos da reforma tributária ligados à
produção de alimentos no Brasil
..... 43

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco diz que tem dúvidas sobre possibilidade de fatiar a reforma tributária:
Engrenagem delicada
..... 46

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Assunto #1.084: O futuro do governo Lula depois da Reforma Tributária 48

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema tributário brasileiro já tem cashback, mas para média e alta renda. Você sabia?
Entenda
..... 49

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após críticas, Moro justifica voto contrário a Reforma Tributária: Perigo para cidadão
..... 51

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova modalidade de emenda e fundo eleitoral turbinado ampliam tensão entre Congresso e
governo
..... 52

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veto presidencial à desoneração da folha não teria explicação jurídica, dizem especialistas
..... 54

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA "Há esforço do Congresso em apoiar o ministro Haddad"	56
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Novo tributo para exportar impostos e inflacionar preços (Artigo)	58
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO Pacheco defende reavaliação da proposta do regime fiscal	60
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL Democracia e transparência na gestão da Previdência Social (Artigo)	63
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Um descrédito fiscal contratado (Editorial)	65
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA O arcabouço como ele é - ROGÉRIO WERNECK	66

Vitória da sociedade (Editorial)

Em um feito histórico para o País, o Senado aprovou a **reforma tributária** sobre o consumo. Foram 53 votos a 24, um placar mais apertado do que o governo esperava, mas suficiente para vencer mais uma etapa do processo de extinção de um sistema confuso, injusto e regressivo, que onera investimentos, penaliza os consumidores e é uma enorme fonte de litígio e insegurança jurídica.

Foram muitas as tentativas de mudar um modelo proposto na década de 1960 e que sobreviveu à Constituição de 1988. Por diferentes razões, essas iniciativas nunca conseguiram alcançar o necessário consenso político em torno delas.

Enquanto isso, a competitividade da economia despencava perante a de outros países e numerosos regimes diferenciados eram criados para compensar os produtores.

Tais mudanças acabaram por agravar as distorções do sistema tributário e, pior, não geraram os resultados almejados em termos de crescimento e geração de empregos. Foi o esgotamento desse modelo que proporcionou as condições para a aprovação da **reforma tributária** pelo Senado. "A reforma se impôs porque o Brasil não poderia mais conviver com o atraso", disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 era mais ousado do que a redação final que sairá do Congresso. Já de saída, a proposta incorporou boa parte das sugestões da PEC 110/2019, entre as quais a divisão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em um modelo dual, com uma parcela administrada pela União e outra, por Estados e municípios.

O projeto já havia sido desidratado pelos deputados, perdeu um pouco mais de vigor na tramitação no Senado e, muito provavelmente, será mais desbastado na segunda passagem pela Câmara.

Seu espírito, no entanto, foi preservado, o que não é pouco.

Com décadas de atraso, o País terá um IVA de base ampla que não mais distingue bens e serviços, unifica **tributos** federais, estaduais e municipais, deixa de incidir na origem e passa a ser cobrado no destino e acaba com a absurda cumulatividade que drenou a produtividade da indústria.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que a reforma poderia ser melhor. De zero a dez, deu ao texto final nota 7,5. Foram muitas as concessões que o governo teve de fazer para angariar os votos necessários na Câmara e no Senado - seis delas realizadas na última hora, em plenário. Ampliou-se a lista de setores com direito a tratamento especial e a União teve que aceitar bancar até um novo fundo para contemplar áreas de livre comércio de Estados da Amazônia Ocidental.

Cada uma das benesses concedidas por deputados e senadores deve majorar a alíquota padrão do imposto final, ainda desconhecida. Na última estimativa feita pelo Ministério da Fazenda, calculada antes da votação no plenário do Senado, ela estaria em 27,5%. Assim que a proposta for promulgada, será possível iniciar a contagem dos prazos de transição do novo sistema, quando se espera que os ganhos de produtividade comecem a aparecer na economia.

A reforma não se encerra agora. Sua regulamentação demandará vários projetos de lei complementar que tratarão dos regimes específicos. A tramitação dessas propostas precisará ser acompanhada com rigor. Talvez o maior teste a que a reforma será submetida seja a revisão quinquenal das benesses. A experiência prévia do País prova que os benefícios, uma vez concedidos, são eternamente prorrogados.

Desde o início, sabia-se que não se aprovaria a reforma ideal. Isso não diminui o tamanho da conquista, que não é apenas do governo ou do Congresso, mas de toda a sociedade. Como disse o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), o que se viu foi a construção coletiva do texto possível e o respeito à correlação de forças da democracia.

Essas forças eram muitas: deputados e senadores dos mais variados espectros políticos, representantes de setores do agronegócio, da indústria e dos serviços, governadores de Estados com situações muito distintas e prefeitos de pequenos municípios e de grandes capitais.

Além da reforma em si, essa união de forças também é algo a celebrar.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Vitória da sociedade

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita extra de R\$ 9 bi sobre petróleo

BIANCA LIMA BRASÍLIA

Apesar da pressão nos momentos finais da votação do texto da **reforma tributária** no Senado, os setores de petróleo e de mineração não conseguiram reverter a nova cobrança do chamado "imposto do pecado" sobre a extração desses produtos não renováveis.

Os segmentos já se articulam para novas negociações na Câmara dos Deputados, para onde o texto terá de retornar, mas admitem que o potencial arrecadatário da taxação é vistoso aos olhos do governo - que se comprometeu com gastos bilionários no longo prazo para viabilizar a aprovação da proposta no Congresso.

Cálculos feitos pelo Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) a pedido do Estadão indicam que só a taxação de até 1% sobre a extração do petróleo - que, na visão do setor, poderá ser estendida à comercialização dos combustíveis fósseis, também considerados na conta - tem potencial para gerar até R\$ 9 bilhões por ano aos cofres públicos. Cifra essa que seria ainda maior caso os números da mineração também fossem levados em conta.

A tributação sobre a extração de produtos não renováveis via Imposto Seletivo (conhecido como "imposto do pecado", por incidir sobre itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente) foi incluída pelo relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). O objetivo, segundo ele, foi ajudar o País a fazer investimentos estratégicos.

Apesar de a reforma vetar a incidência do Imposto Seletivo sobre as exportações, o próprio texto estabelece que o tributo será cobrado "independentemente da destinação". Ou seja: poderia alcançar tanto as vendas internas quanto as externas - o que, segundo executivos dos setores, pode gerar insegurança jurídica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governadores falam em aumento de "guerra fiscal" (Editorial)

I MATHEUS DE SOUZA

Governadores que compõem o Consórcio de Integração Sul e Sudeste divulgaram ontem nota com críticas ao texto da **REFORMA TRIBUTÁRIA** aprovado pelo Senado.

No documento, os dirigentes estaduais afirmam que o texto pode "agravar ainda mais a guerra fiscal entre os Estados" e levar as contas públicas e a economia do País "para a UTI".

"O Brasil não pode criar ilhas de prosperidade, o que, por consequência, afasta investimento, aumenta desigualdades, desemprego e pune, sobretudo, os mais pobres", diz o documento, assinado pelos governadores Ratinho Júnior (Paraná), Tarcísio de Freitas (São Paulo), Romeu Zema (Minas), Cláudio Castro (Rio), Jorginho Mello (Santa Catarina) e Eduardo Leite (Rio Grande do Sul).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma acaba com aberração do sistema tributário (Editorial)

O Senado aprovou enfim a **reforma tributária**. Não se trata apenas da maior mudança no sistema de **impostos** do país em quatro décadas. Uma vez chancelada pela Câmara, ela porá fim ao manicômio tributário que atormenta empreendedores, trava o crescimento da economia e faz do Brasil motivo de chacota mundo afora. Mesmo com todos os defeitos, coloca o país noutra patamar. Espera-se que os deputados não percam tempo para analisar as mudanças feitas no Senado e a aprovelem quanto antes.

O Brasil é o país onde as empresas gastam mais tempo tentando administrar os **impostos** que têm a pagar devido à barafunda de normas e leis. O IPI é o paraíso das exceções e o inferno para quem tenta entender as regras. A alíquota para bombom é de 5%. Para wafer, zero. Perfume paga 40%. Águade-colônia, 10%. Cada uma das 27 unidades da Federação tem regulamentos próprios de ICMS. Os de São Paulo têm mais de 600 artigos e 20 anexos, com centenas de itens e incisos. No restante do país, a situação é semelhante.

As consequências da confusão não se resumem ao tamanho desproporcional dos departamentos de contabilidade nas empresas, sugando recursos que poderiam ser destinados a novos investimentos.

A cada etapa da produção, **impostos** são pagos de forma cumulativa, gerando uma cascata de **tributos**. A cumulatividade encarece a produção e torna o Brasil menos competitivo internacionalmente.

Interpretações conflitantes entre o Fisco e departamentos jurídicos das empresas são comuns, por isso a Justiça acumula um contencioso tributário trilionário. Toda a economia paga o preço.

Para atrair investimentos, os estados lançam mão de isenções e alíquotas mais baixas. Na guerra fiscal, a maior vítima é a racionalidade econômica. As empresas não decidem onde instalar uma operação com base em estudos de eficiência, mas em vantagens tributárias.

Caminhões rodam milhares de quilômetros entre fábricas e centros de consumo apenas em razão dos benefícios.

O sistema tributário brasileiro é arcaico, injusto e contraproducente.

O texto à espera de nova análise dos deputados contribui para desmontar a insanidade ao unificar três **impostos** federais (PIS, Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS) em dois novos: CBS (federal) e IBS (estadual e municipal), com regras válidas em todo o país. Produtos pagarão a mesma alíquota. As 27 legislações do ICMS desaparecerão. A cumulatividade, também. O espaço para a guerra fiscal será mínimo. O mesmo deverá acontecer com litígios na Justiça. São avanços inquestionáveis.

Não significa que a reforma seja a melhor possível. Na primeira passagem pela Câmara e, mais recentemente, pelo Senado, a lista de exceções à alíquota única cresceu acima do razoável.

Grupos de pressão fizeram fila em Brasília para levar vantagem. Seus argumentos são facilmente desmentidos pela literatura econômica. Quanto mais setores pagarem menos, maior ficará a alíquota para os demais, já que a arrecadação precisará ser mantida. O Ministério da Fazenda estima 27,5%, mas há projeções de até 33% (o valor final só será definido depois que a reforma estiver em vigor). O que os deputados devem fazer agora é reduzir a lista de exceções ao mínimo necessário para aprovar a reforma quanto antes. O Brasil tem pressa para deixar no passado um sistema tributário que não passa de uma aberração.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fatiamento da reforma depende de análise técnica, diz relator

VICTORIA ABEL, CAMILA TURTELLI E RENAN MONTEIRO

No dia seguinte à aprovação da

REFORMA TRIBUTÁRIA pelo Senado, parlamentares passaram a debater ontem a possibilidade de fatiar a proposta de emenda à Constituição (PEC). Essa estratégia permitiria promulgar as partes de consenso entre as versões da Câmara e do Senado.

E os deputados passariam a avaliar apenas o que foi alterado pelos senadores.

Uma emenda constitucional precisa ter o texto idêntico aprovado nas duas Casas.

Pela manhã, o relator da **REFORMA TRIBUTÁRIA** na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que o fatiamento da proposta é uma possibilidade, mas alerta que será necessária uma análise técnica do texto quando chegar do Senado.

Aguinaldo ressaltou que, dependendo de como a PEC esteja escrita, uma mudança como essa poderia comprometer a estrutura constitucional do projeto.

- Na construção do texto, você pode ter uma modificação que estruturalmente comprometa a emenda constitucional. Então, não dá para fazer uma avaliação como essa sem que a gente tenha esse conhecimento pleno do texto - disse.

Ribeiro destacou ainda que vai conversar com o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), além de aguardar os pareceres técnicos.

-Isso tudo depende tecnicamente da avaliação do texto, de como ele foi construído no Senado. Isso é que nos permitirá a possibilidade de aprovar um texto comum, o que regimentalmente nós podemos fazer, se mantendo (separado, em discussão) aquilo que porventura pode ter divergência - disse.

À noite, porém, em evento do mercado financeiro, Ribeiro disse que não gosta do fatiamento: - Gosto de partir para promulgação mais rápida se há condição de fazer. Fatiamento dá ideia de que a reforma continua, e o país não quer isso.

Braga já se declarou contra a proposta de fatiamento.

Técnicos da Câmara e do Senado também alertam que a PEC da **REFORMA TRIBUTÁRIA** tem artigos muito bem amarrados um ao outro, o que dificulta um fatiamento.

Caso a ideia, lançada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prossiga na última etapa de tramitação, a Câmara dos Deputados pode passar a ter mais poder na finalização do texto.

Ribeiro afirma que permanecerá em constante negociação com o Senado para o fechamento final da proposta: -Vamos evitar o chamado "pingue-pongue"; uma discussão prolongada sem se ter o fechamento do texto constitucional. Vamos levar isso em consideração.

Assim que recebermos o texto, vamos avançar nas articulações.

O relator na Câmara não disse se deve aumentar, diminuir ou manter as exceções à alíquota cheia do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) adicionadas por Braga.

Ele destacou, no entanto, que vai buscar manter uma alíquota que tenha menor impacto para a população brasileira.

O fatiamento da proposta ainda é dúvida também entre os líderes da Casa. O líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), disse que não acredita na possibilidade, mas em uma avaliação geral das mudanças feitas pelo Senado: -A Câmara vai analisar as mudanças do Senado, o que for aprovado, vai à promulgação, o que não for, volta para o Senado. Sempre foi assim com os trâmites de PEC.

NOVA PREVISÃO DE ALÍQUOTA O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, descartou a possibilidade de a reforma ser promulgada "em pedaços", mas disse que isso ainda seria analisado por Ribeiro.

Padilha se reuniu ontem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), e fez um agradecimento institucional pela aprovação da reforma. Ele também foi visitar os gabinetes de lideranças da oposição na

Câmara. Foi até a liderança do PL, procurar o deputado Altineu Cortes (PL-RJ), mas ele não estava lá. Na sequência, foi até a liderança do PP, para se reunir com o relator da reforma na Casa, Aguinaldo Ribeiro.

Padilha ainda fez reiteradas críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro sobre sua tentativa de barrar o avanço da **REFORMA TRIBUTÁRIA** no Senado na noite de quarta-feira.

-Ficou bem claro ontem que o grande derrotado foi o ex-presidente da República, que fez campanha contra - disse Padilha.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a pasta estuda nova estimativa para a alíquota-padrão da **REFORMA TRIBUTÁRIA**: -Eu não sei quanto tempo o (Bernardo) Appy (secretário extraordinário da **REFORMA TRIBUTÁRIA**) precisa para entregar (nova estimativa), mas a equipe está 100% disponível para a Câmara, para sentar com o deputado Aguinaldo Ribeiro, que será o relator da versão final, para, quem sabe, promulgar este ano. Estou muito confiante (com a promulgação).

"A equipe está 100% disponível para a Câmara" Fernando Haddad, sobre cálculos para estimar alíquota-base da **REFORMA TRIBUTÁRIA**

*

Congresso aprova R\$ 15 bi para estados e municípios

O Congresso aprovou a destinação de R\$ 15 bilhões para estados e municípios este ano. O projeto foi aprovado em votação simbólica.

Do total aprovado, R\$ 8,7 bilhões serão usados pelo governo federal para compensar as perdas dos estados com a redução do ICMS de combustíveis às vésperas da eleição presidencial.

O dinheiro, pelo acordo negociado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), seria parcelado em três anos, mas a União decidiu antecipar tudo para auxiliar os governadores diante da queda de arrecadação.

O restante (R\$ 6,3 bilhões) será usado para manter os fundos de participação dos estados e dos municípios (FPE e FPM) nos mesmos níveis de arrecadação de 2022.

(Camila Turtelli)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária pode pôr fim a "armadilhas"

Marta Watanabe

Apesar de entregar uma tributação sobre consumo distante da ideal, a aprovação pelo Senado do texto da **reforma tributária** é um momento histórico e permite ter expectativa de mudança de percepção do investidor estrangeiro em relação ao Brasil, que pode deixar de ser visto como um país de "armadilhas tributárias", apontam especialistas.

Entre os principais avanços apontados, está o estabelecimento de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) comparável aos padrões internacionais por ter base ampla, ser não cumulativo e ter tributação no destino, ainda que com exceções em termos de alíquotas e tratamentos específicos.

Isso, dizem, promete simplificação, redução de litígios judiciais e maior racionalidade em relação ao que existe hoje no país. Os especialistas lembram, porém, que o texto ainda deve seguir para a Câmara dos Deputados e a aprovação da emenda constitucional é um primeiro passo.

A regulamentação via leis complementares e o processo de implementação, ressaltam, precisam ser acompanhados detidamente para garantir que os princípios do imposto funcionem como esperado.

Gabriel Leal de Barros, economista e sócio da Ryo Asset, afirma que após a tramitação no Senado a reforma se distanciou do "first best" e acabou caminhando para a quarta melhor versão do modelo para um novo IVA, com a inclusão de novas exceções em tributação diferenciada e ampliação dos setores em regimes específicos.

Entre os grandes ganhos com a reforma, diz ele, estão o fim da cumulatividade e a maior simplificação, o que deve diminuir o volume de litígios e de divergências de interpretação, reduzindo custo de conformidade.

A reforma vai eliminar **tributos** atuais como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. No lugar dele surgirão a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de Estados e municípios. A CBS e o IBS terão características de IVA. Adicionalmente, será criado um Imposto Seletivo (IS), a ser cobrado sobre bens e serviços com externalidade negativa.

Leal de Barros lembra, porém, que a expectativa de fim da cumulatividade na tributação sobre consumo está muito relacionada à devolução de créditos do IVA, o que dependerá da operação do comitê gestor. "Há uma preocupação em relação a isso, já que a não cumulatividade é premissa basilar da reforma, importante para a alíquota efetiva do novo imposto." A maior simplificação do sistema tributário e redução de litígios e custo de conformidade, importante para o impacto na melhora do **PIB** potencial, dependem também, aponta o economista, de uma harmonização na jurisprudência e interpretação sobre a tributação da CBS e do IBS.

Apesar da longa agenda à frente e dos efeitos marginalmente cada vez menores da reforma em razão das exceções que foram acrescentadas, diz Leal de Barros, o sistema atual torna o ponto de partida tão ruim que uma melhora, ainda que seja de "aluno nota cinco", entrega algum ganho.

Para ele, a aprovação de uma emenda de **reforma tributária** deve mudar a percepção do investidor estrangeiro em relação ao Brasil. Já o investidor local, segundo ele, tende a ter mais cautela e ter maior expectativa em relação à regulamentação.

Eduardo Fleury, economista e tributarista, sócio do FCR Law, também cita o estímulo ao investimento externo como um dos impactos mais importantes que a aprovação da emenda da **reforma tributária** ainda neste ano pode trazer.

"A racionalidade que a reforma deve trazer para a economia muda substancialmente em relação ao sistema atual. Exceções irão existir, mas de forma muito mais delimitada do que as que existem hoje, o que reduz o campo de incerteza. O Brasil deixa de ser um país de armadilhas tributárias, o investidor de fora começa a olhar o Brasil como um país que em cinco anos terá uma situação melhor nessa área", comenta o economista.

Fleury lembra que, cumprida a expectativa de aprovação na Câmara dos Deputados, a reforma ainda demandará "muita discussão e produção de texto" das leis complementares e cumprimentos de vários prazos. O que vai demandar muito cuidado na regulamentação, destaca, são os regimes específicos.

"Boa parte deles tem sentido de existir, mas não podemos optar por regras de creditamento que levem à cumulatividade." Melina Rocha, diretora de cursos na York University, no Canadá, diz que a votação no Senado da **reforma tributária** é um momento histórico para o país, que desde 1988 nunca avançou tanto na discussão de uma proposta nessa área. Ela lembra que a expectativa se volta agora para a aprovação do texto na Câmara dos Deputados ainda neste ano, já que toda a agenda de implementação do IVA baseia-se nisso.

"Há algum tipo de pessimismo e muita crítica às exceções que afastaram a PEC do modelo ideal de IVA, mas as exceções possibilitaram o consenso político e a tramitação da reforma até agora. Esse consenso é o que torna possível esperar a aprovação de uma reforma tão ampla", diz. Apesar de todas as exceções, segundo ela, o modelo de IVA foi preservado, porque foi mantida a base ampla, que tributa bens e serviços, além de tangíveis e intangíveis, bens materiais e imateriais.

"Em relação às exceções, vamos ter que conviver com elas, mas exceções existem na maior parte dos IVAs do mundo e o que teremos no Brasil nem é muito diferente do que já existe." As exceções, destaca, agora estão delimitadas na Constituição Federal e também foram mantidos outros elementos da espinha dorsal do IVA, como a não cumulatividade e a tributação no destino.

Ver também páginas A4 e A11

"Há pessimismo e muita crítica às exceções, mas elas possibilitaram o consenso político e a tramitação da reforma até agora" Melina Rocha

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2§ion=1>

Debate sobre corte de despesas volta ao radar

Lu Aiko Otta

Passada a **reforma tributária**, e enquanto o governo trata de projetos destinados a elevar a arrecadação, voltaram ao radar as discussões sobre formas de reduzir despesas. Se este ano foi marcado pela ausência de propostas nesse sentido, o mesmo não poderá ocorrer no ano que vem, apontam especialistas.

A reforma administrativa é apontada como um dos projetos que vão nessa direção. Na última terça-feira, ao falar das matérias que pretende colocar em votação ainda este ano, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a reforma administrativa está "ganhando tração", indicando que pode incluí-la na pauta.

A matéria, no entanto, não tem apoio do governo, que é contra a ideia de acabar com a estabilidade no serviço público.

Em entrevista recente ao Valor, a ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que a reforma administrativa será fatiada e não terá viés de ajuste fiscal. O governo apoia, por exemplo, o projeto que acaba com os supersalários, em tramitação no Senado.

Em outra frente, será inevitável colocar em discussão temas politicamente difíceis, como a revisão de gastos tributários e mudanças dos pisos de verbas para saúde e educação. Futuramente, até mesmo a regra de correção do salário mínimo entrará no radar.

"Em 2022 discutimos aumento de gastos com a PEC [Proposta de Emenda à Constituição] da Transição, este ano falamos sobre como financiar esses gastos via aumento das receitas, mas em 2024 inevitavelmente será a vez de debater as despesas", disse a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto.

O economista-chefe da AZ Quest Investimentos, Alexandre Manoel, acha que a ausência de propostas de ajuste fiscal pelo lado das despesas tem a ver com a ordem de discussões a serem feitas pela área econômica. Atualmente, o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se concentra na recomposição de receitas perdidas em anos anteriores, disse. "É o básico", disse.

Isso não significa, porém, que o ajuste fiscal se

resumirá a isso.

"Não existe ajuste só pelo aumento da arrecadação", afirmou.

O debate sobre os pisos da saúde e educação será feito não por desejo do governo, mas porque as regras atuais são incompatíveis com o arcabouço, afirmou Manoel.

O mesmo raciocínio foi feito por fonte do governo. Ela ponderou que ninguém é contra destinar recursos públicos a essas duas áreas. No entanto, será impossível acomodá-las no Orçamento no atual ritmo de crescimento, de 100% do avanço das receitas, enquanto o global das despesas só pode crescer a 70% (ou 50%, se a meta fiscal do ano anterior for descumprida).

A expectativa é que qualquer tipo de debate nesse sentido seja difícil em um ano eleitoral, comentou Manoel. Ao mesmo tempo, a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o resultado fiscal de 2024 não precisa ser zero lançou dúvidas sobre a disposição do governo em levar adiante essas discussões.

Ontem, Haddad afirmou que a meta zero é "programática".

"Não precisa estar na lei para eu perseguir", disse no Itaú BBA Macro Vision, em São Paulo, ao comentar que "às vezes as pessoas ficam se apegando se vai ser 0,25%, 0,50% [do PIB], zero". (Colaborou Anaïs Fernandes, de São Paulo)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2§ion=1>

Alíquota do IVA ainda é incógnita após reforma passar pelo Senado

Lu Aiko Otta, Julia Lindner e Caetano Tonet

Um dia após a aprovação da **reforma tributária** pelo Senado, a equipe econômica ainda estima a alíquota do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). A expectativa, no entanto, é que a cobrança fique próxima dos 27,5% calculados após a aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Elevação, se houver, será pequena, adiantou uma fonte.

A definição da alíquota é um dos principais pontos da regulamentação da reforma, que deve se estender. Técnicos do Legislativo calculam que o processo levará de um a três anos para ser concluído. Há mais de 50 trechos na proposta de emenda à Constituição (PEC) que dependem de leis complementares. Pela versão em debate, o governo terá prazo de seis meses para enviá-las ao Legislativo.

Técnicos que acompanham as discussões consideram que o governo precisará se antecipar ao prazo total de 180 dias e concluir as matérias até fevereiro do ano que vem. A avaliação é que o segundo semestre será de baixa atividade no Legislativo em função das eleições municipais.

A alíquota do IVA foi o ponto mais explorado pela oposição nos discursos que antecederam os dois turnos de votação realizados na noite da última quarta-feira.

Senadores repetiam que os consumidores pagariam mais para sustentar um governo gastador e afirmavam que haveria aumento da carga tributária. Segundo eles, após a reforma, o Brasil passaria a ter "o maior IVA" do mundo.

"Eu não tenho dúvidas de que já temos o maior IVA do mundo", assegurou a consultora internacional Melina Rocha. Ela afirma, no entanto, que não haverá elevação da carga tributária sobre o consumo. A afirmação toma por base o próprio texto elaborado pelo relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Ele estabeleceu um teto para a tributação sobre o consumo.

"O teto significa que a carga tributária terá de ser calibrada para manter a atual carga como proporção

do Produto Interno Bruto", explicou. "Então, não faz sentido falar em aumento." Se a alíquota for de 27,5%, como estimado pelo Ministério da Fazenda, significa que esse é o nível necessário para manter a tributação tal como está, explicou.

Além disso, grande parte dos produtos, como alimentos e serviços de educação e saúde terá tributação menor.

O nível de 27,5% decorre do fato de haverem sido admitidas exceções à alíquota-padrão. Ou seja, há um número maior de setores e serviços recolhendo **tributos** menores.

Rocha comentou ainda que não é possível comparar a alíquota brasileira com a de outros países. "Alguns países podem ter alíquota menor sobre o consumo, mas concentrar sua carga tributária em Imposto de Renda, o que não ocorre no Brasil." Além da nova alíquota, as leis complementares a serem encaminhadas nos próximos meses devem estabelecer questões essenciais para a reforma, como o sistema de crédito e prazos. Depois, os projetos ainda podem se desdobrar em medidas provisórias (MP) para regular mais alguns pontos.

Regimes tributários específicos para setores como serviços financeiros, planos de saúde, hotelaria e parques de diversão, por exemplo, serão definidos por lei complementar. A definição dos itens da cesta básica nacional com alíquota zerada também será feita dessa forma.

O sistema de cashback para famílias de baixa renda na conta de luz e na aquisição do gás de botijão também será definido por meio de lei complementar, embora haja sugestão para que a devolução ocorra no momento da cobrança.

Outros pontos, como as alíquotas do Imposto Seletivo, que trata de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, serão por lei ordinária.

Alguns programas de incentivo deverão ser editados por meio de decretos presidenciais. Já questões operacionais para o sistema de cobrança e pagamento dos **impostos** dependerão de portarias da **Receita Federal**.

O advogado Júlio de Oliveira, sócio das áreas de **impostos** indiretos e contencioso tributário no Machado Associados, considera que será preciso muita atenção na elaboração das leis complementares para evitar uma "deturpação" da reforma.

"Na questão da cobrança do imposto no local do consumo, por exemplo, a lei complementar será relevante para evitar que nasçam hipóteses de guerra fiscal", disse. "Já na questão da não cumulatividade, é preciso monitorar com atenção para que a lei não tenha brechas para vetar o crédito financeiro", acrescentou.

O advogado Pedro Siqueira, sócio do escritório Bichara Advogados, acredita que o Congresso terá de analisar com atenção as questões dos setores que terão regimes específicos no novo sistema.

"As definições das regras dos setores que terão regimes específicos precisam ser um ponto de atenção. O Congresso vai precisar de uma interlocução com esses setores", destacou.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2§ion=1)**

Para montadoras, investimentos no país estão sob risco

Marli Olmos

A indústria automobilística que concentra a produção no Sudeste voltou a criticar ontem a versão final da **reforma tributária**, aprovada no Senado, que estende, até 2032, incentivos fiscais para fábricas instaladas no Nordeste e Centro-Oeste. Em entrevista, o presidente da Volkswagen do Brasil, Ciro Possobom, disse que a mudança ameaça os planos de investimentos da companhia no país.

Na quarta-feira (8) à noite, o Senado aprovou o texto da **reforma tributária** que incluiu adendos que modificaram um artigo que originalmente previa a extensão de incentivos fiscais nas regiões Nordeste e Centro-Oeste apenas para veículos híbridos e elétricos.

Novos parágrafos, acrescentados de última hora, acomodaram também veículos a combustão produzidos nessas regiões.

Algumas horas depois da entrevista do presidente da Volks, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou que a montadora já definiu um novo programa de investimentos e que negociou prorrogação do contrato coletivo de trabalho na fábrica de São Bernardo do Campo para viabilizar a produção de dois veículos híbridos naquela unidade a partir de 2027. Os valores do novo investimento não foram informados.

A empresa, no entanto, não confirmou os dados que foram divulgados pelo sindicato depois de submeter o acordo a uma assembleia de trabalhadores na troca de turnos em São Bernardo. Por meio de nota, a Volks informou que as negociações sindicais ainda estão em andamento, com votação prevista para esta sexta-feira (10) na fábrica de motores de São Carlos.

Segundo o sindicato, com o investimento, será desenvolvida uma nova plataforma de veículos que servirá para os híbridos.

Além disso, segundo a entidade, serão abertas 111 vagas na engenharia para o desenvolvimento da motorização híbrida e haverá a efetivação de 150 empregados com contratos temporários. "O acordo dá longevidade para a fábrica e gera oportunidades de crescimento do setor de autopeças do ABC", disse, Wellington Messias Damasceno, diretor do sindicato e

representante dos trabalhadores na Volks.

Na entrevista concedida antes, Possobom disse apenas que a Volks "está prestes a anunciar" nodo Sul, com ênfase no Brasil, e abrange o período de 2022 a 2026.

Ele considerou "desleal" a forma como as alterações entraram no texto-base da **reforma tributária** "aos 49 do segundo tempo".

"É claro que um novo cenário prejudica investimentos e empregos; muda totalmente", disse Possobom. "É certo que vai vir a pergunta da Alemanha: "Ciro, que história é essa?" A medida beneficia diretamente a linha de produção que a Stellantis tem em Goiana (PE).

"Não somos contra incentivos no Nordeste e estávamos de acordo em mantê-los para estimular a produção de novas tecnologias.

Mas não é justo manter os benefícios para carros a combustão para uma empresa que já fez investimentos na região e formou a rede de fornecedores", destacou.

Mais tarde, a Stellantis, que ainda não se pronunciou sobre a aprovação da reforma, também foi, indiretamente, alvo das críticas de nota divulgada pela chinesa Great Wall Motor (GWM). Para a GWM, a decisão "representa um retrocesso do ponto de vista tecnológico e ambiental, porque abrange, inclusive, veículos de passeio movidos a óleo diesel, além de uma renúncia fiscal prejudicial ao desenvolvimento do país".

A GWM declarou, ainda, apoio ao manifesto, assinado no dia anterior por General Motors, Toyota e Volkswagen. Na segunda-feira, as três montadoras divulgaram, em jornais, uma carta pedindo a exclusão das emendas que permitem a continuidade, até 2032, dos benefícios do programa do Nordeste.

A Great Wall anunciou investimento de R\$ 10 bilhões no Brasil - cerca de R\$ 4 bilhões de 2022 a 2025 e R\$ 6 bilhões entre 2026 e 2032. Na primeira fase, a companhia comprou a fábrica que pertencia à Mercedes-Benz em Itacemópolis, no interior de São Paulo, onde planeja produzir carros híbridos e elétricos

a partir de 2024.

Benefícios no Nordeste também envolvem a BYD, que anunciou projeto de produção na Bahia.

Os planos da montadora chinesa já estavam, no entanto, amparados pelo texto original, já a ideia é produzir em São Paulo apenas modelos híbridos e elétricos.

"Não somos contra incentivos no Nordeste e estávamos de acordo em mantê-los para estimular a produção de novas tecnologias", destacou Possobom.

Mas não é justo manter os benefícios para carros a combustão para uma empresa, que já fez investimentos na região e formou a rede de fornecedores".

O executivo disse que conversou sobre o tema com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas não sabe qual é a opinião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na conversa com Haddad, ele explicou que os benefícios concedidos no Nordeste oferecem larga vantagem em custos, mesmo levando em conta a distância do principal centro consumidor, no Sudeste. "É muito desproporcional; incluem uma cláusula sem deixar a gente discutir", destacou.

Não fosse o incômodo da emenda que alterou o texto relacionado aos incentivos fiscais, Possobom estaria satisfeito com a reforma, que, segundo destaca, vai ajudar a reduzir custos. "Além de simplificar os processos, hoje temos de repassar vários impostos nos preços dos carros", disse.

Se passar na Câmara, esta será a quarta renovação do programa de incentivos para o setor automotivo no Nordeste e no Centro- Oeste, programa criado em 1997 com previsão para terminar em 2010. Inicialmente foi estendido para 2015, depois para 2020 e, finalmente, 2025, abrangendo diferentes chefes do Executivo.

"É certo que vai vir a pergunta da Alemanha: 'Ciro, que história é essa?'" **Ciro Possobom**

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2§ion=1>

Para centrais, sanção de desoneração da folha é importante

Jéssica Sant"Ana

Centrais sindicais e associações que representam os 17 setores da economia que mais empregam no país defendem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos até 2027. O texto foi aprovado pelo Congresso Nacional em outubro e enviado à sanção presidencial. O prazo acaba dia 23 deste mês.

A prorrogação possibilita às empresas dos setores pagar uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Entre os setores incluídos no texto estão as indústrias têxtil, de calçados, máquinas e equipamentos e proteína animal, construção civil, comunicação e transporte rodoviário, que têm uso intensivo de mão de obra.

Em manifesto publicado nesta quinta-feira (9), as centrais sindicais demonstraram preocupação com as perdas de emprego, caso o projeto não seja sancionado.

"Hoje são 9 milhões de postos de trabalho nos 17 setores que mais empregam no país, amanhã esse número poderá ser reduzido para pouco mais de 8 milhões", alertam.

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), afirmou ao Valor que, entre os setores beneficiados pela medida, há muitos que são a porta de entrada para os jovens no mercado de trabalho. "É muito difícil para um jovem conquistar o primeiro emprego e ele consegue em várias áreas desses setores, como no telemarketing. Há um compromisso das empresas de manter esse nível de emprego que existe hoje. Sem a desoneração, as empresas têm falado em demitir ou trocar postos de trabalho por máquinas", alerta Patah.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien de Mello Suruagy, diz que, somente no seu setor, há previsão de perda de mais de 400 mil postos de trabalho em dois anos se não houver a desoneração. "As empresas e os trabalhadores estão totalmente coesos, juntos, lutando e conscientes da necessidade da desoneração. Nós temos que evitar demissão em massa, agora nosso tempo é muito

curto." No manifesto, as centrais também dizem que, sem a desoneração, as empresas que exportam terão seus custos elevados, o que fará com que percam competitividade no mercado internacional.

Outro efeito seria no caso dos alimentos, que podem ter aumento de preço, gerando impacto na inflação, afirmam as centrais.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, afirma que as centrais não são contra negociar no futuro outro modelo para garantir a manutenção dos empregos e a geração da atividade econômica, mas explicou que, diante do prazo apertado, a sanção é necessária para garantir segurança aos trabalhadores e às empresas. "É imprescindível que o presidente sancione logo, porque está gerando apreensão nos trabalhadores e insegurança jurídica nas empresas", disse Torres ao Valor.

Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos do Brasil (CSB), ressalta que, até 2027, há "tempo mais do que hábil para a aprovação de uma **reforma tributária** que combata privilégios, desonere a produção e, principalmente, faça justiça aos trabalhadores brasileiros com a atualização da tabela do Imposto de Renda".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2§ion=1>

Cúpula da Câmara avalia mudanças na tributária

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Julia Lindner e Caetano Tonet

Apesar dos esforços para concluir a análise da **reforma tributária** ainda neste ano, a cúpula da Câmara ainda não definiu possíveis mudanças que os deputados devem fazer na nova passagem do texto pelo plenário da Casa. Às vésperas de uma semana sem trabalhos por causa do feriado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) também não bateram o martelo sobre o calendário da proposta de emenda à Constituição (PEC).

A proposta, que já havia sido passado pela Câmara em julho, foi aprovada pelo Senado na quarta-feira.

Como sofreu modificações, volta à análise dos deputados.

A expectativa é que negociações sejam encaminhadas na próxima semana, quando lideranças, apesar da semana esvaziada na Câmara, devem desembarcar em Brasília para reuniões com Lira e com o relator.

"Vamos aguardar o texto para que possamos avaliar o que foi aprovado no Senado e para que possamos, sob o comando de Lira, definir um calendário na Câmara", disse Ribeiro na manhã dessa quinta-feira, demonstrando otimismo sobre a conclusão da análise da matéria pelo Legislativo ainda este ano.

Levantada por Lira, a possibilidade de uma promulgação fatiada após a nova apreciação da Câmara depende de avaliação do que avançou no Senado, segundo o relator. Em caso de fatiamento, só o que for consenso entre a duas Casas entraria em vigor, enquanto outros pontos seriam analisados posteriormente.

"Isso tudo depende tecnicamente da avaliação do texto, como ele foi construído no Senado", afirmou Ribeiro.

Em visita ao Congresso, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, demonstrou abertura à possibilidade de um eventual fatiamento. O auxiliar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pontuou que essa alternativa sempre existiu.

"Já foi feito em outros momentos, nesse momento estávamos focados em concluir a votação no Senado", afirmou o ministro.

"Câmara e Senado deram o recado de que querem concluir e promulgar a **reforma tributária** ainda neste ano", destacou o ministro.

O deputado Sidney Leite (PSDAM) disse que a tendência nas negociações é buscar o que for consenso com os senadores para aprovar e promulgar e deixar as partes que são conflitantes para discussão depois.

Diante da indefinição sobre alterações e do calendário apertado, Lira pedirá aos líderes um esforço para que se alcance a aprovação, no pior dos cenários, na primeira semana de dezembro.

O entendimento do alagoano, segundo interlocutores, é que deixar esse prazo esticar mais pode decretar o adiamento da nova apreciação para 2024.

Além da próxima semana de trabalhos esvaziados na Câmara, a última semana de novembro também pode se transformar em um obstáculo para a confirmação desse cronograma, já que dezenas de parlamentares, entre eles, líderes, já sinalizaram que pretendem integrar a comitiva brasileira que irá à 28ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 28), em Dubai, que começa em 30 de novembro.

Há quem acredite em um grande acordo para destravar uma análise célere nas próximas semanas.

O deputado Newton Cardoso Júnior (MDB-MG), que fez parte do grupo de trabalho da Câmara sobre a reforma e foi um dos principais interlocutores do agronegócio, destaca que há questionamentos relativos ao número de setores com alíquotas diferenciadas e ao tratamento tributário dado à Zona Franca de Manaus. "As mudanças foram importantes, mas nada que impeça a construção de um acordo rápido para votar até o fim de novembro", disse.

A compensação a governos estaduais também é ponto de atenção.

Em nota, a Unafisco Nacional afirma que a previsão de

R\$ 630 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional e R\$ 160 bilhões para compensação de benefícios fiscais levanta questionamentos sobre a origem desses recursos. "É como um cheque sem fundos, uma espécie de Lei Kandir constitucional".

"Vamos aguardar o texto para avaliar o que foi aprovado no Senado" Aguinaldo Ribeiro

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187710?page=2§ion=1)**

Nova emenda impositiva divide Centrão e preocupa PT

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

A movimentação do Centrão para aumentar o controle sobre o Orçamento, com a criação de novos tipos de emendas parlamentares impositivas, tem causado divisões dentro do próprio grupo, que ainda não conseguiu chegar num consenso sobre o instrumento adequado. O governo é contra essa iniciativa, mas enfrentará a discussão num momento delicado, quando tenta viabilizar a **reforma tributária** e a agenda fiscal no Legislativo.

Na terça-feira o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), tornou pública a proposta de criar as "emendas de bancadas partidárias" no Orçamento. Seria distribuído um valor entre os partidos para indicar recursos para as bases eleitorais de cada parlamentar, em substituição ao extinto orçamento secreto.

Forte afirmou que não há valor decidido e se elas terão pagamento obrigatório ou não. "Essa discussão ainda precisa ser feita.

Para mim, quanto mais impositivo for o Orçamento, mais transparente", disse. O parecer à LDO deve ser protocolado em 20 de novembro e votado até o dia 24 na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

As verbas do antigo orçamento secreto foram repassadas para o Executivo, mas o governo Lula (PT) manteve a distribuição por critérios políticos e sem transparência sobre os padrinhos.

A rubrica técnica para identificar esses recursos no Orçamento foi chamada de RP2A4, segundo Forte, e agora será rebatizada de RP5, a "emenda de bancada partidária".

O anúncio, contudo, causou divergências entre parlamentares do Centrão. O Valor apurou que, no dia seguinte, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), reuniu líderes partidários próximos para discutir o tema, mas não houve consenso e eles combinaram de fazer novas rodadas de conversas até o dia 20 para tentar uma posição única.

Alguns argumentos foram levantados contra a criação de um novo tipo de emenda, como a possibilidade de

disputas fratricidas dentro das bancadas para decidir quem será o líder (e, portanto, controlará a divisão das verbas) até a chance de que seja derrubada novamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com a visão de que se trata de uma afronta à decisão anterior e uma simples remodelagem das emendas de relator, o popular orçamento secreto.

A tese com apoio da maioria dos líderes presentes na reunião é de tornar obrigatório o pagamento das emendas de comissões temáticas, como as de saúde, educação, finanças, meio ambiente e justiça. Há 30 na Câmara, 17 no Senado e cinco mistas, compostas por deputados e senadores.

Esses colegiados votam todos os anos a destinação de verbas para programas ou obras, mas o governo passaria a ser obrigado a executá-las.

O Palácio do Planalto e o PT tentam evitar a ampliação das emendas parlamentares e, por isso, mesmo, não foram chamados para sentar à mesa de negociações.

A preocupação do governo é que isso torne o Orçamento mais engessado, com menos possibilidades de remanejamento, e dificulte as negociações políticas para formação da base aliada.

Integrante da CMO, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) acredita que será possível convencer os colegas a desistirem dessas propostas. "À medida que tiver mais recursos e alguma impositividade nas emendas de comissão, conseqüentemente haverá disputas violentas pela presidência, o que hoje é um processo relativamente tranquilo", diz.

O grande problema para o Executivo é que a discussão ocorrerá paralelamente à **reforma tributária** e às negociações para aprovar a agenda fiscal do governo, como a medida provisória (MP) das subvenções a investimentos na Câmara e os projetos de regulamentação das apostas esportivas e de tributação dos investimentos offshore (fora do país) no Senado. O receio é que tentativas mais ostensivas de barrar o movimento do Centrão respinguem nessas votações.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187710?page=2>

§ion=1

Pacheco quer avançar agenda econômica

Julia Lindner, Caetano Tonet e Estevão Tair

Passada a aprovação da **reforma tributária**, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), quer avançar com outras três medidas econômicas na Casa até o fim do ano. Pacheco comunicou a aliados, nessa quinta-feira (9), que vai dar prioridade às matérias que tratam da regulamentação das apostas esportivas, tributação dos fundos offshore e exclusivos e legalização dos jogos de azar.

Apesar de ter sido anunciado como relator do projeto de lei (PL) dos fundos offshore na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ainda não foi formalizado na função. Pacheco garantiu que vai fazer o despacho da matéria na próxima semana para o texto ser efetivamente encaminhado ao colegiado e, em seguida, ao relator.

Alessandro já tem tratado do assunto de maneira informal. Na segunda-feira (6), ele teve uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e auxiliares para discutir o seu relatório.

Segundo uma fonte da pasta, Alessandro afirmou que deve evitar mudanças em relação ao texto que veio da Câmara para acelerar a tramitação.

A expectativa é que o parecer de Alessandro possa ser apresentado até a semana do dia 20 de novembro à CAE. O mesmo deve ser feito pelo relator do PL que regulamenta as apostas esportivas, Angelo Coronel (PSD-BA).

Coronel, por sua vez, tem tentado negociar mudanças em relação à versão que veio da Câmara para reduzir a alíquota de 18% proposta pelos deputados.

Já o texto que regulariza os jogos de azar está parado no Senado desde maio na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. A sinalização de Pacheco é que o relator deve ser escolhido ainda neste mês. O projeto de lei (PL) foi aprovado pela Câmara no ano passado, e enfrenta forte resistência de integrantes da bancada evangélica.

Aliados do presidente do Senado dizem que ele está alinhado a Haddad, para aprovar matérias na Casa que garantam aumento de arrecadação. Não por acaso Pacheco saiu em defesa do ministro em meio ao debate sobre uma possível mudança da meta fiscal do déficit zero.

Na ocasião, Pacheco afirmou que discordar da política econômica de Haddad "colocaria o país em rota perigosa" e destacou que cabe ao ministro estabelecer a política econômica do Brasil. "O parlamento tem essa compreensão e buscará contribuir com as aprovações necessárias, com as boas iniciativas e perseguindo o cumprimento da meta estabelecida." Em visita ao Congresso nessa quinta-feira, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, defendeu algumas das propostas prioritárias para o governo. Segundo ele, a análise no Senado da regulamentação das apostas esportivas e dos fundos offshore e exclusivos é "prioridade absoluta nesses meses para que possamos concluir essas votações".

Padilha também citou a matéria que trata de mudanças das regras de tributação sobre subvenções de investimentos, que segue sem acordo sobre o encaminhamento por medida provisória (MP) ou projeto de lei (PL). Para Pacheco, de acordo com pessoas próximas, o caminho natural seria instalar a comissão mista para a MP andar, mas há resistência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de deputados.

Em conversa com jornalistas, nessa quinta-feira, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou que haverá uma reunião com Haddad e Padilha no início da próxima semana para debater o assunto. Ele reforçou que o Palácio do Planalto tem preferência pela medida provisória.

"A nossa preferência é pela medida provisória, mas ainda não tivemos uma definição disso.

É um assunto que tratarei com os ministros Padilha e Haddad na segunda-feira. Seja MP ou projeto de lei, é uma das prioridades nossas para a conta do déficit zero", defendeu Randolfe.

Segundo o líder do governo, mesmo que seja instalada uma comissão mista, a Câmara terá preferência para assumir a relatoria da matéria. Os principais cotados são Antonio Brito (PSDBA) e Mauro Benevides (PST-CE).

Tributação dos fundos offshore será uma das prioridades do Senado

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187710?page=2§ion=1>

Câmara deveria cortar exceções e melhorar reforma tributária (Editorial)

A **reforma tributária** chegará agora à Câmara dos Deputados para aprovação final repleta de emendas, mas mantendo ainda seu espírito original, de não-cumulatividade, da cobrança no destino e da simplificação. As exceções foram bem além do que seria o ideal, porém seus aspectos positivos superam ainda os negativos. Pôr um fim ao labirinto tributário atual, que colocou o país entre os sete piores regimes fiscais do mundo - após 30 anos de tentativas infrutíferas de fazê-lo - é um feito histórico. Para melhorar o projeto, a Câmara deveria reduzir as benesses aprovadas, embora seja improvável que isso aconteça.

O relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), aceitou emendas até a hora da votação da PEC 45. Com isso, o texto aprovado trouxe a criação de regimes com redução de alíquota de 60% para pelo menos 15 setores, isenção total de **impostos** para 10 outros e alíquota reduzida em 30% para profissionais liberais. Houve a usual pressão por lobbies de interesses setoriais, que será incessante até a votação final na Câmara. A reforma se tornará real a partir daí. Pelo menos 63 temas necessitarão de leis complementares para serem executados, entre eles a definição das alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços e Contribuição sobre Bens e Serviços.

Pelos cálculos do Ministério da Fazenda e de analistas privados, a ampliação das exceções e das alíquotas reduzidas elevará a alíquota total de IBS e CBS para entre 26,9% e 27,5%, podendo ultrapassar essas cifras dada a última rodada no Senado, e eventuais adendos no que resta da tramitação no Congresso. Será um dos mais altos IVAs do mundo, mas nada distante do que o consumidor brasileiro já paga de forma não inteiramente explícita. Pelo projeto original da PEC 45 esta conta poderia ter ficado entre 20% e 22%, mas o aumento deve ser relativizado pelos benefícios que a reforma proporcionará. A infernal complexidade do cipoal hiperativo legiferante que brota de 27 Estados e o número de horas e pessoas especificamente dedicadas nas empresas a manter-se em dia com o pagamento de **tributos** têm tudo agora para tornar-se o passado.

Advogados e tributaristas dedicados à reforma, apesar da ação vitoriosa de lobbies, não consideram que as exceções abertas na PEC 45 destoem muito das consagradas pelo sistema tributário europeu ou de

outros considerados mais avançados, como o da Austrália (Valor, 7 de novembro), que também as contemplam, em vários casos para alguns dos mesmos setores que serão brindados agora pela reforma.

O esgotamento da bizantina legislação vigente e sua paralisante disfuncionalidade deram o estímulo que o Congresso precisava para atuar. Consideradas as características do federalismo brasileiro e da representação parlamentar, uma obra dessa envergadura, além de difícil, só prosperaria com ampla negociação política, e com seu respectivo custo - que será pago e é elevado.

Uma conjunção de interesses políticos, frequentemente dissonantes, tornou a reforma viável. O governo tem interesse em sua aprovação e nos dividendos que isso trará, assim como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que quer marcar sua passagem pelo comando da Casa com uma mudança histórica. A reforma, com duas PECs que vieram do governo anterior bem adiantadas, na Câmara e no Senado, aguardavam o aval político para deslanchar, um sinal que não veio, apesar da vontade do Legislativo, do governo Bolsonaro, empenhado em criar uma versão modernosa da anacrônica CPMF.

Mas ainda há muitos riscos rondando a renovação tributária. Lira sugeriu que ela deveria ser fatiada, promulgando-se já tudo que no projeto recebeu aprovação da Câmara e do Senado. As alterações feitas no Senado seriam deixadas para depois, isto é, pode ser nunca, pelo que a experiência passada indica. Seria o rompimento desnecessário de um consenso possível construído.

A reforma corre riscos na regulamentação, que ocorrerá em 180 dias após a promulgação, no detalhamento das regras, de onde frequentemente emergiram benefícios e vantagens indevidas para lobbies. O tempo a decorrer até o início paulatino da junção de ICMS e ISS, em 2029, pode ser usado para desistências ou mais protelações.

A reforma terá alto custo para a União. Foram criados pelo menos dois fundos que exigirão despesas permanentes pesadas. O Fundo de Desenvolvimento Regional é o principal, com acréscimo de R\$ 8 bilhões anuais a partir de 2029, de R\$ 40 bilhões, mais R\$ 2

bilhões ao ano até atingir R\$ 60 bilhões em 2043. Até lá, a União dispenderá R\$ 580 bilhões. O segundo é o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais do ICMS, para cobrir custos das guerras fiscais completamente ilegais realizadas pelos Estados. A União contribuirá com acréscimos de R\$ 8 bilhões anuais até 2029 e decréscimos da mesma quantia até 2032 - são mais R\$ 128 bilhões.

A conta é salgada e para ela não há fonte de recursos. A menos que o crescimento acelere e avance para além dos 3% por anos a fio, a fatura da reforma será paga com o aumento do endividamento, cuja trajetória voltou a preocupar depois que o presidente Lula disse que não era preciso zerar o déficit.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231109/>

Bancos lucram R\$ 25,2 bi no 3º trimestre

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro De São Paulo

A temporada de balanços do terceiro trimestre confirmou que o pior já passou para os grandes bancos de capital aberto. Os resultados mostram vários sinais de melhoria, depois de um primeiro semestre marcado por um ambiente de risco no crédito e pelo impacto do caso Americanas. A inadimplência, que vinha subindo após as mínimas atingidas na pandemia, deu mostras de ter atingido o pico e até começado uma trajetória de queda. A margem financeira continuou em alta, já que o efeito da queda da Selic sobre o crédito leva um tempo para se materializar, e as receitas de tarifas também mantiveram algum crescimento.

Assim, as perspectivas para o setor em 2024 são positivas, mesmo com a desaceleração da economia.

Itaú Unibanco, Banco do Brasil (BB), Bradesco e Santander lucraram juntos R\$ 25,175 bilhões, em termos ajustados, de julho a setembro com alta de 1,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com o segundo trimestre, houve avanço de 3,4%. Itaú e BB estão com resultados recordes, enquanto Santander começou a mostrar uma recuperação, depois de ter sentido mais o impacto da inadimplência, e Bradesco ainda é penalizado.

A melhora na margem financeira combinada, que somou R\$ 79,227 bilhões, ajudou os bancos no período. O indicador subiu 0,26% no trimestre e 9,52% em um ano. Como o crédito mostrou um ritmo mais ameno, a indicação é que os spreads aumentaram.

Outro fator que contribuiu para a melhora foi a desaceleração das despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD), a reserva que as instituições financeiras constituem para se proteger da inadimplência. Esse indicador, que totalizou R\$ 31,945 bilhões, caiu 2,9% em relação ao segundo trimestre e subiu 22,9% frente ao terceiro trimestre do ano passado. Porém, o ritmo de alta diminuiu na comparação com o que se viu desde o fim de 2022, quando os bancos tiveram de fazer provisões relacionadas ao caso Americanas (só o BB ainda fez ajustes relacionados à varejista para isso no terceiro trimestre) e para uma deterioração geral no ambiente.

Uma das métricas que mostraram piora foi o crédito. A carteira combinada dos quatro grandes bancos chegou a R\$ 3,732 trilhões no fim de setembro, com altas de

1,4% frente a junho e 5,5% sobre setembro do ano passado, desacelerando em relação aos trimestres anteriores. Com a alta da inadimplência no começo do ano, as instituições financeiras adotaram uma postura cautelosa em linhas mais arriscadas, como o cartão de crédito, e apostaram em modalidades mais seguras, como o consignado.

Agora, com os sinais de queda nos índices de atraso, os bancos começam a mostrar um maior apetite por risco. É o caso, por exemplo, do Itaú. Apesar de o crescimento da sua carteira estar abaixo do projetado para este ano, o banco aposta em uma retomada no quarto trimestre e vê um 2024 positivo. A instituição afirmou que a demanda de grandes empresas está voltando e os mercados de capitais também estão mais ativos.

O vice-presidente financeiro do Itaú, Alessandro Broedel, disse que o banco tem um crescimento de carteira saudável, com alta nas linhas em que a instituição deseja e queda nas de menor qualidade.

"Apesar do crescimento anual de 6% da carteira no Brasil, estamos crescendo de forma bem mais robusta em nossos segmentos foco." Milton Maluhy, CEO do Itaú, afirmou que a instituição está muito confortável em termos de qualidade do crédito e comportamento da inadimplência. Segundo ele, a expectativa é uma queda de 0,3 ponto percentual na inadimplência de pessoa física no quarto trimestre. O indicador encerrou setembro em 3,2%.

Já no BB, o vice-presidente financeiro, Geovanne Tobias, ressaltou que o banco está no caminho para registrar o maior lucro anual da sua história. De acordo com ele, o resultado está calcado em crescimento do crédito, com destaque para micro e pequenas empresas, pessoas físicas e agro.

Tobias também chamou atenção para ganhos de eficiência, com o crescimento das despesas em linha com a **inflação**. Segundo ele, o BB está otimista com 2024, já que o cenário macroeconômico deve ser mais benigno por causa da queda da Selic.

No Santander, o terceiro trimestre parece ter sido o início de um movimento mais firme de recuperação.

Com a avaliação de que "o pior já passou", o banco pretende continuar aumentando os portfólios mais seguros, nos quais já vinha focando, mas também voltar a crescer em linhas nas quais havia pisado no

freio, como o cartão de crédito.

"Com um controle bem fino sobre a gestão do portfólio, a gente está a cada trimestre mais confortável em ampliar os motores", afirmou o CEO Mário Leão.

Para os analistas do Goldman Sachs, o terceiro trimestre mostrou uma desaceleração do crédito para famílias e empresas. "O principal ponto positivo é a melhoria na qualidade dos ativos, que poderá ser um bom sinal para que o crescimento dos empréstimos comece a acelerar no próximo ano, mas spreads mais baixos pode pressionar as margens financeiras", afirmaram em relatório.

Apesar das perspectivas positivas, o setor ainda vive algumas incertezas regulatórias. O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) tem reduzido o teto de juros do consignado para beneficiários do **INSS**, o que afetou as concessões no terceiro trimestre; a **reforma tributária** pode acabar com ou alterar os juros sobre capital próprio (JCP), muito usado pelos bancos; e o Banco Central ainda precisa definir as regras para o cálculo do risco operacional no âmbito da regulação de Basileia 3.

A questão rotativo do cartão de crédito é um caso à parte. Os executivos do setor são unânimes em afirmar que as altas taxas da modalidade - de 441,1% ao ano em setembro, segundo o BC - são decorrentes de um modelo muito complexo e não há sinais de uma solução de consenso.

O setor tem até 1o de janeiro para apresentar uma proposta alternativa ao limite estipulado em lei, segundo o qual a cobrança de juros não pode ultrapassar o equivalente a 100% do valor principal da dívida.

Maluhy, do Itaú, disse que, se o limite de juros for adotado, o mercado terá de cancelar os cartões de muitos clientes. "Se o teto entrar em vigor, vai diminuir um pouco as taxas, mas não vai resolver nenhuma das questões que temos hoje", afirmou, acrescentando que "para um problema complexo, uma solução simples não é a melhor". Com uma postura um pouco diferente dos rivais privados, Tobias, do BB, disse que "não dá para simplesmente acabar com o parcelado [sem juros]".

O executivo fez um "apelo para que seja levado em conta o que é melhor para o cliente".

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187710>

"Há muita incerteza se teremos fiscal sustentável"

Estevão Taiar e Anaís Fernandes De Brasília e São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que o Brasil mostrou avanços recentemente na questão fiscal, citando como exemplo a aprovação da **reforma tributária** pelo Senado, na quarta-feira. "Mas há muita incerteza se teremos um caminho fiscal sustentável, e isso afeta a política monetária", disse, em inglês, ontem no evento Reuters Next, nos Estados Unidos.

Campos reforçou que não há "uma relação mecânica" entre políticas fiscal e monetária, lembrando que o mais importante para o BC é analisar como o desempenho e as perspectivas para as contas públicas afetam a condução da taxa básica de juros.

A respeito do instrumento de proteção cambial ("hedge") em elaboração pelo BC e pelo governo federal, Campos lembrou que o mecanismo já existe no Brasil, mas é caro. "Estamos tentando oferecer um hedge mais barato", afirmou, relatando que "não temos uma solução ainda", mas que o BC está trabalhando em contato com o governo federal.

O presidente da autoridade monetária reforçou também que "há muitas incertezas" no cenário atual, principalmente na conjuntura internacional. De acordo com Campos, todos os fatores analisados pelo BC "mostram que o caminho [para onde a **inflação** global vai] não é fácil de ver".

Em outro evento, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, disse que a desancoragem das expectativas de **inflação** incomoda e, assim como o debate sobre a meta de **inflação** foi importante para alguma reancoragem no primeiro semestre do ano, agora as discussões em torno do fiscal também ganham peso. "Incomoda o 3,5%", disse Guillen, em referência à expectativa mediana do relatório Focus para o IPCA a partir de 2025, que faz parte do horizonte relevante da autoridade monetária. Ele participou do Itaú BBA Macro Vision, em São Paulo.

Isso incomoda porque, segundo ele, acaba aumentando o custo de levar a **inflação** para a meta, com uma política monetária potencialmente mais contracionista. "É um cenário muito melhor quando as expectativas estão ancoradas."

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
'Há muita incerteza se teremos fiscal sustentável'

Site: <https://valor.globo.com/virador#edition/187710>

A reforma e os regimes aduaneiros especiais - OPINIÃO JURÍDICA

Alysson Amorim Yamasaki é sócio Tributário e Aduaneiro de Küster Machado Advogados, master of business administration em Gestão Tributária pela USP e diretor jurídico da Câmara do Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná

A **reforma tributária** relativa ao consumo, consubstanciada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, possui como base a instituição do Imposto sobre Valor Agregado (IVA-dual), com a previsão de substituição dos **tributos** PIS, Cofins e IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), bem como ICMS e ISS ao denominado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), ressaltando que caberá a lei complementar suas respectivas regulamentações, como a exemplo da fixação de alíquotas e definição de base de cálculo.

Vale ressaltar que o CBS e IBS vão substituir nas importações o PIS, Cofins, IPI e ICMS, no entanto, os demais **tributos** incidentes não sofrerão alterações, destacando o Imposto de Importação, adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e Taxa de Siscomex.

Segundo dados do Ministério da Fazenda, a expectativa é que serão fixadas alíquotas entre 25,45% a 27%, o que enquadraria o Brasil em uma das maiores alíquotas do mundo para o IVA, vale dizer, em que pese a **reforma tributária** prever a não cumulatividade plena e cashback, na prática apenas simplificará o sistema de apuração, com a perda da oportunidade de minoração de alíquotas e efetivamente beneficiar os contribuintes com a redução de carga tributária.

Relativamente ao conteúdo normativo proposto, existem, em maior parte, discussões sobre seus efeitos no mercado interno, carecendo abordagem ampla de seus impactos sobre os regimes aduaneiros especiais, que são de suma importância ao comércio exterior e integração regional do Mercosul.

Ocorre que o previsto artigo 156-A, inciso X, da PEC, aprovada pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, inclusive em contradição ao artigo 150, parágrafo 6º, da Carta Magna, traz a previsão expressa no sentido de que "não será objeto de concessão de incentivos e de benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto, ou de regimes específicos,

diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas nesta Constituição", estando enquadrados na norma constitucional os regimes aduaneiros especiais, os quais serão revogados parcialmente no tocante ao IBS e CBS, tendo como consequência elevação de custos com importações.

Como exemplo, o Drawback suspensão ou isenção, que é responsável por 20% das importações no Brasil, atrai empresas estrangeiras para investimentos no país, gerando empregos, maior arrecadação de **tributos** e, inclusive dentro de planejamento tributário, a viabilização de exportações para os países do Mercosul, bloco responsável, em 2021, pela movimentação de cerca de US\$ 639 milhões somados os comércios intrazona e extrazona, envolvendo produtos de suma relevância para os países do bloco e do mundo, em destaque a soja, ferro, petróleo, milho, carne bovina, energia elétrica, veículos para transporte de mercadorias e trigo.

Outro caso que pode ser aduzido é o da exportação temporária, em que determinada empresa exporta, por exemplo, máquinas para consertos no exterior e depois reimportam o produto usado com isenção dos respectivos **tributos** incidentes. O impacto será prejudicial aos contribuintes, frisando hipóteses como máquinas da área da saúde anteriormente importadas, que muitas vezes apenas podem ser consertadas em outros países.

Nesse contexto, cabe ressaltar o Recof-Sped, permitindo que empresas beneficiárias importem ou adquiram no mercado interno os insumos para o seu processo produtivo, industrialize os seus produtos finais e os exporte, sem realizar o pagamento de **tributos** em quaisquer dessas etapas, bem como o Trânsito Aduaneiro que permite o transporte de mercadorias, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de **tributos**.

A PEC traz insegurança jurídica ao comércio exterior e empresas que se utilizam dos regimes aduaneiros especiais à consecução de suas atividades empresariais e planejamento tributário e aduaneiro. Para exemplificar a importância do tema ao Brasil, a Secretaria do Comércio Exterior-MDIC divulgou que o acumulado de janeiro até 1º semana de outubro/2023, em comparação a janeiro/outubro 2022, as exportações ficaram 0,0% e somaram US\$ 259,81

bilhões. As importações caíram 12,1% e totalizaram US\$ 187,08 bilhões. Como consequência desses resultados, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 72,74 bilhões.

Esse superávit comercial é de suma relevância ao país, representando sua saúde financeira, geração de empregos, aumento de confiança dos investidores estrangeiros, redução de custos com empréstimos e crescimento econômico.

Contudo, nos termos em que está previsto o artigo 156, inciso X, da PEC, as normas infraconstitucionais que preveem os regimes aduaneiros especiais estarão em desconformidade com o texto constitucional, de modo que a **Receita Federal do Brasil**, com seu modelo fiscalizatório agressivo e de interpretações restritivas, poderá vedar a utilização dos mesmos em relação ao IBS e à CBS.

Concluindo, para que sejam evitadas interpretações fiscais negativas quanto à possibilidade de que os contribuintes usufruam de isenções ou suspensões da CBS e IBS no âmbito dos regimes aduaneiros especiais, evitando litígios nas esferas administrativa e judicial, bem como malefícios ao comércio exterior e ordem econômica, deve ser incluído artigo expresso no sentido de que referidos regimes são exceções ao previsto no artigo 156, inciso X, da PEC.

Alysson Amorim Yamasaki é sócio Tributário e Aduaneiro de Küster Machado Advogados, master of business administration em Gestão Tributária pela USP e diretor jurídico da Câmara do Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
A reforma e os regimes aduaneiros especiais

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187710>

Entenda as mudanças da reforma tributária no Senado

Publicado em 10/11/2023 - 07:08

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A primeira fase da **reforma tributária**, que pretende simplificar e unificar **tributos** sobre o consumo, deu mais um passo nesta quarta-feira (8) com a aprovação no Senado. O texto volta à Câmara dos Deputados, onde pode ser votado em sua totalidade ou fatiado, com os pontos sem mudanças promulgados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, e o restante sendo votado posteriormente.

Em meio a uma ofensiva dos governadores do Sul e do Sudeste e a negociações de última hora, foram incluídas exceções entre os setores que terão alíquota reduzida para 40% da alíquota-padrão ou foram incluídos em regimes especiais. Um fundo para o desenvolvimento do Amazonas foi ampliado para outros estados da Região Norte.

Na votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na terça-feira (7), tinha havido mais concessões. Foram aprovadas emendas que atenderam a times de futebol, taxistas e a governadores do Centro-Oeste.

As mudanças principais, no entanto, haviam sido anunciadas pelo relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), no fim de outubro. Ele criou uma trava para a carga tributária, ampliou o Fundo de Desenvolvimento Regional em R\$ 20 bilhões e incluiu uma revisão de regimes especiais a cada cinco anos.

Confira as principais mudanças na **reforma tributária** no Senado em relação ao que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados

Setores com alíquota reduzida

Novos segmentos terão alíquota reduzida para 40% da alíquota-padrão do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA)

- Comunicação institucional
- Produtos de limpeza consumidos por famílias de baixa renda
- Setor de eventos

- Nutrição enteral ou parenteral (que previnem ou tratam complicações da desnutrição)

Profissionais liberais com atividades regulamentadas pagarão 70% da alíquota do IVA

- Na prática, mudança beneficia apenas empresas, escritórios e clínicas que faturem mais de R\$ 4,8 milhões por ano. Isso porque a maior parte dos profissionais autônomos, que ganham abaixo desse valor, está incluída no Simples Nacional

Alíquota zero

Seguintes setores passarão a não pagar IVA:

- Serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos

- Compra de automóveis por taxistas

- Compra de medicamentos e dispositivos médicos pela Administração Pública e por entidades de assistência social sem fins lucrativos

- Reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística

Regimes específicos

Inclusão dos seguintes setores em regimes específicos de tributação, com tratamento diferenciado na cobrança e na coleta de **tributos**

- Agências de viagem;

- Concessão de rodovias;

- Missões diplomáticas;

- Serviços de saneamento;

- Telecomunicações;

- Sociedades Anônimas de Futebol, que terão recolhimento unificado

- Serviços de transporte coletivo intermunicipal e interestadual: migraram da alíquota reduzida para

regime específico.

Revisão periódica

A cada cinco anos, exceções serão revisadas, com custo-benefício avaliado

- setores beneficiados deverão seguir metas de desempenho econômicas, sociais e ambientais;
- dependendo da revisão, lei determinará regime de transição para a alíquota padrão.

Imposto seletivo

Cobrança sobre produtos que gerem danos à saúde ou ao meio ambiente;

Alíquotas definidas por lei;

60% da receita vai para estados e municípios;

Princípio da anualidade: cobrança só poderá começar no ano seguinte à sanção da lei;

Imposto regulatório: não tem objetivo de arrecadar, mas regular mercado e punir condutas prejudiciais;

Produtos:

- possibilidade de cobrança sobre combustíveis;
- alíquota de 1% sobre extração de recursos naturais não renováveis, como minério e petróleo;
- cobrança sobre armas e munições, exceto as usadas pela administração pública;

Exclusão da incidência sobre:

- telecomunicações;
- energia;
- produtos que concorrem com os produzidos na Zona Franca de Manaus.

Cesta básica

Restrição do número de produtos com alíquota zero, com desmembramento em duas listas a pedido do Ministério da Fazenda:

- cesta básica nacional, com alíquota zero, e caráter de enfrentamento à fome;
- cesta básica estendida, com alíquota reduzida para 40% da alíquota padrão e mecanismo de cashback

(devolução parcial de dinheiro);

- cesta nacional poderá ser regionalizada, com itens definidos por lei complementar.

Cashback para energia e gás de cozinha

Devolução obrigatória de parte dos **tributos** da conta de luz e do botijão de gás para famílias de baixa renda;

Ressarcimento ocorreria no momento da cobrança, entrando como desconto na conta de luz;

Detalhes a serem regulamentados por lei complementar.

Trava

Teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo;

Atualmente, esse teto corresponderia a 12,5% do **PIB**;

A cada 5 anos, seria aplicada uma fórmula que considera a média da receita dos **tributos** sobre consumo e serviços entre 2012 e 2021;

Fórmula será calculada com base na relação entre a receita média e o Produto Interno Bruto (**PIB**, bens e serviços produzidos no país);

Caso o limite seja superado, a alíquota de referência terá de cair;

Redução seria calculada pelo Tribunal de Contas da União, baseado em dados dos entes federativos e do futuro Comitê Gestor do IBS.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

Fundo que ajudará o desenvolvimento de regiões de menor renda;

Aumento da verba de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões anuais;

Transição para o aumento:

Fundo começaria com aportes de R\$ 8 bilhões em 2029 até chegar a R\$ 40 bilhões no início de 2034;

Em 2034, aportes subiriam R\$ 2 bilhões por ano até atingir R\$ 60 bilhões em 2043.

Divisão dos recursos:

- 70% pelos critérios do Fundo de Participação dos

Estados (FPE);

- 30% para estados mais populosos.

Fundo de Desenvolvimento Sustentável

Destinado a estados do Norte com áreas de livre-comércio

Inicialmente restrito ao Amazonas, foi ampliado para Acre, Rondônia, Roraima e Amapá

Mudou de nome para Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental

Setor automotivo

Prorrogação até 31 de dezembro de 2032 de incentivos tributários concedidos a montadoras instaladas no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste

Benefício vale apenas para projetos aprovados até 31 de dezembro de 2024

Incentivo não poderá ser ampliado

Versão inicial do relatório no Senado previa benefício apenas para produção de carros elétricos

Emendas dos senadores Fabiano Contarato (PT-ES) e Carlos Viana (Podemos-MG) estenderam incentivo a montadoras de veículos movidos a biodiesel e a veículos híbridos movidos a biodiesel e a gasolina

Inclusão do biodiesel beneficia produtores rurais

Benefício a ser regulamentado por lei complementar

Ampliação gerou ofensiva de última hora de governadores do Sul e do Sudeste e críticas de montadoras tradicionais

Bancos

Manutenção da carga tributária das operações financeiras em geral;

Manutenção da carga tributária específica das operações do FGTS e dos demais fundos garantidores, como Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHab), vinculados ao Minha Casa, Minha Vida, e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)

Zona Franca de Manaus

Câmara tinha incluído o imposto seletivo sobre produtos concorrentes de fora da região para manter

competitividade da Zona Franca;

Relator trocou o imposto seletivo por Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Limites a Unidades da Federação

Mantido artigo incluído de última hora na Câmara que autoriza estados e Distrito Federal a criar contribuição sobre produtos primários e semielaborados para financiar infraestruturas locais, mas foram acrescentadas restrições:

- Permissão apenas a fundos estaduais em funcionamento em 30 de abril de 2023

- Com a regra, apenas Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará poderão manter contribuição;

- Contribuição só poderá ser cobrada até 2032, para evitar nova guerra fiscal.

Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais

Seguro-receita para compensação da perda de arrecadação dos entes federativos com o fim de incentivos fiscais sobe de 3% para 5% do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS);

Mudança atende a pedido dos estados;

Critérios de repartição:

- estados e municípios com maior perda relativa (em termos percentuais) de arrecadação;

- receita per capita (por habitante) do fundo não pode exceder três vezes a média nacional, no caso dos estados, e três vezes a média dos municípios de todo o país, no caso das prefeituras.

Comitê Gestor

Encarregado de gerir a cobrança e a arrecadação do IBS, Conselho Federativo foi rebatizado de Comitê Gestor;

Órgão passará a ter caráter exclusivamente técnico, assegurando divisão correta dos recursos, sem capacidade de propor regulações ao Legislativo;

Presidente do Comitê Gestor terá de ser sabatinado pelo Senado.

Congresso poderá convocar o presidente do Comitê Gestor e pedir informações, como ocorre com os ministros

Representação do órgão será feita por integrantes das carreiras da Administração Tributária e das Procuradorias dos estados, do Distrito Federal e municípios.

Emenda sobre representantes do órgão acatada a pedido dos Fiscos para impedir criação de carreiras e cargos dentro do Comitê Gestor

Incentivo a estados e municípios

Estados e municípios que aumentarem arrecadação ao longo do tempo acima da média dos demais entes receberão maior parcela do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos estados e dos municípios

Medida cria estímulos para gestores locais melhorarem eficiência da arrecadação

Incentivo quer evitar "caroneiros", governadores e prefeitos que peguem carona na divisão do IBS durante a transição sem se esforçarem para aumentar arrecadação própria, porque a parcela de cada um estará estabelecida após 2028

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-11/entenda-mudancas-da-reforma-tributaria-no-senado>

Pacheco: É preciso restringir o acesso ao STF

Evandro Éboli

+

Depois de conduzir a votação da **Reforma Tributária** em dois turnos no plenário, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), demonstrou otimismo e defendeu urgência na tramitação do texto na Câmara para que a emenda constitucional seja promulgada ainda neste ano.

Ao contrário do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Pacheco vê com certa reserva a hipótese de que essa promulgação se dê pelo fatiamento de trechos em comum aos dois textos: o do aprovado na Câmara e o do Senado, como sugeriu Lira. Ele entende ser uma tese possível, e até cita que algo parecido se deu na Reforma da Previdência, mas, prudente, avaliou que a **Reforma Tributária** requer mais cuidado. É uma engrenagem que não pode ser desmontada, ponderou, em entrevista ao Correio.

O presidente do Senado foi convergente com Lira em outro tema. O senador também defende um filtro, uma cláusula de barreira que impeça que partidos com pouca representatividade acionem o Supremo Tribunal Federal (STF) para alterar leis e projetos aprovados pelo Congresso Nacional. O parlamentar revelou que está sendo estudada uma forma de votar uma medida nesse sentido.

Há um excesso de ações que provocam o Supremo. A legitimidade para entrar com uma ação é muito ampla. É preciso restringir o acesso ao STF. Pensar que uma lei votada no Congresso Nacional pode ser questionada por um partido que representa uma minoria de poucos parlamentares, e que se possa fazer um terceiro turno no STF de algo eminentemente legislativo, é um equívoco. É preciso um filtro de acesso à Suprema Corte. Uma cláusula de barreira.

Ainda sobre o STF, Pacheco defendeu a aprovação da emenda que restringe decisões monocráticas de ministros do tribunal. Essa PEC tramita no Senado e está pautada para ser votada no próximo dia 21. Se pudesse votar, o parlamentar disse que seria a favor. Presidente do Senado só vota em caso de desempate ou em votações secretas.

Na entrevista, Pacheco afirmou, ainda, que vai se dedicar, em 2024, a tentar aprovar o fim da reeleição para cargo executivo e estipular um mandato de cinco

anos. O país vive um estado permanente de eleição. É preciso acabar com o sentimento de que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas, argumentou. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como o senhor avaliou a aprovação da **Reforma Tributária**? Que ganhos trará para o país?

Foi um dia histórico para o Brasil, a aprovação de uma reforma desejada há mais de 40 anos. O sistema tributário precisava mudar, e essa será uma entrega muito importante para a sociedade. Temos a compreensão dessa importância. Vamos instituir o imposto único, acabando com a guerra fiscal, a cumulatividade, e tributando no destino. É positivo para o país. E dedicaremos 2024 a regulamentar a emenda, com leis complementares e ordinárias para instituir o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que representa a simplificação, a segurança jurídica.

Foi uma votação apertada, com o governo até apreensivo. O que achou do placar (53 a 24)?

Considerando que há uma divisão política no país, achei previsível. Houve uma manifestação forte da oposição contra a reforma, que respeitamos, embora não concordemos. Não entenderam que se tratava de uma reforma muito desejada e importante de ser feita. Uma diretriz adotada em mais de 170 países no mundo. O imposto único é a essência e deveria ter a concordância de todos.

O presidente Arthur Lira levantou a hipótese de se fatiar o texto, promulgando os trechos comuns dos dois textos. O que pensa disso?

A promulgação de partes comuns é, em tese, algo possível. Já foi feito na Reforma da Previdência. No entanto, a **Reforma Tributária** guarda uma sistematização, um item complementa o outro. É uma engrenagem que não pode ser desmontada com a supressão de determinados itens. Não vou fechar questão, nem que sim nem que não. Até porque isso foi ponderado pela Câmara. Não quero fazer um contraponto negativo a isso. Em tese, numa **reforma tributária**, pode (o fatiamento) ter algum tipo de perplexidade ou de anormalidade se promulgar uma parte e deixar de promulgar outra. Mas não estou dizendo que seja impossível. Nós vamos ouvir a

consultoria, a parte técnica da Câmara e do Senado e, sobretudo, os dois relatores.

O ex-presidente Jair Bolsonaro trabalhou contra a aprovação da reforma, ligou para senadores e fez pressão. Acha que ele teve alguma influência?

Evidente que a manifestação de um ex-presidente da República, qualquer que seja, é algo a ser considerado. Em especial o ex-presidente Bolsonaro, que tem um grupo de adesão muito forte na Câmara e no Senado. Mas prevaleceu o entendimento de que chegou o momento de não mais conviver com o atraso da reforma. Isso extrapola as diferenças políticas, entre Lula e Bolsonaro. É uma pauta que interessa aos brasileiros.

Mas a manifestação dele teve algum impacto?

Certamente. Talvez, se não houvesse a manifestação dele, tivéssemos mais votos no Senado. Deixo claro minha defesa da livre manifestação, do pensamento e do respeito à divergência, embora não concorde com ela. Infelizmente, por ser presidente, não pude votar. Mas, claro, votaria sim.

O senhor teve um ruído com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que o acusou de fazer um serviço à direita ao pautar a PEC que veda decisões monocráticas no STF.

Quando se está na presidência e na chefia de um Poder, é exigido que se tenha equilíbrio e moderação e permitir que todos que integram o Legislativo tenham voz. Fiz isso no governo Bolsonaro, e agora também. É preciso permitir que a oposição faça valer suas iniciativas, que podem ser úteis ao Brasil. Não dá para ficar preso a essa divisão esquerda versus direita. Temos um mundo fora disso.

E qual a opinião do senhor sobre essa proposta, de restringir decisões monocráticas do STF?

Se você olhar o cerne dessa PEC, vai concordar com a proposta. Evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados). E sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer. Não se trata de um enfrentamento com o STF ou de retaliação. É um aprimoramento do sistema jurídico. Se pudesse votar, meu voto seria sim, a favor. Pela minha formação jurídica, tenho simpatia, sim, por essa PEC. Acho importante para o STF que suas decisões que atingem outros Poderes sejam feitas pelo colegiado, e não por um ato exclusivo. Além dela, temos de pensar outros mecanismos de aperfeiçoamento do sistema judiciário.

Quais, por exemplo?

Por exemplo, há um excesso de ações que provocam o Supremo. A legitimidade para entrar com uma ação é muito ampla. É preciso restringir o acesso ao STF. Pensar que uma lei votada no Congresso Nacional pode ser questionada por um partido que representa uma minoria de poucos parlamentares? E que se possa fazer um terceiro turno no STF de algo eminentemente legislativo, é um equívoco. É preciso um filtro de acesso à Suprema Corte. Uma cláusula de barreira. E o desgaste recai, muitas vezes, para o Supremo, que foi provocado. Me incomoda muito o STF ser alçado a críticas constantes da sociedade em razão de decisões que toma, por vezes, invadindo a competência de outro Poder. Essa vulgarização das decisões do STF, a partir de uma compreensão da sociedade, é algo que precisamos corrigir. Não pode decidir tudo, caso de drogas, aborto, marco temporal. Essas são decisões do Congresso.

Está sendo pensado em votar algo sobre isso, alguma proposta legislativa?

Ainda não. O que estamos fazendo é um estudo sobre isso. Vi que o presidente Lira se manifestou. Estamos conversando nesse entendimento. Houve até uma manifestação do ministro Gilmar Mendes, dizendo exatamente isso.

Como imagina esse filtro?

Avaliando se é possível permanecer com esses autores como personagens legitimamente aptos a integrar no STF. É importante que um partido tenha legitimidade para isso, mas não pode ser um partido com pouco ou nenhuma representação parlamentar. É preciso uma cláusula de barreira.

Outra questão foi a rejeição do defensor público-geral da União (Igor Roque) no plenário. A que atribui? O governo cochilou?

Sempre vi rejeições aqui, como presidente. Claro que tem mais aprovações do que rejeições. Compreendo como natural tanto a aprovação quanto a rejeição. É o papel do Senado. Se não fosse esse seu papel, não precisava de sabatina e submissão aos senadores de indicações para agências reguladoras, Cade, ministros dos tribunais superiores, DPU. Confesso que não sei o que houve nesse caso. É sempre desagradável ver uma rejeição, contra meu voto inclusive. Votei a favor da sua indicação, a propósito.

Sobre o futuro, quais são as prioridades do senhor? Pretende se dedicar a algum tema específico, agora que a **Reforma Tributária** foi aprovada?

Vou me dedicar muito ao fim da reeleição em 2024. Para se ter mandato de cinco anos para o Executivo. Se atingir isso, terei o sentimento de dever cumprido. Preservando os que estão no mandato. Considero o fim da reeleição uma grande realização para o país. Acaba com o sentimento de que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas. Temos que acabar com esse estado permanente de eleição que o Brasil vive. Termina uma eleição e começa outra. E vai reduzir valores de fundos eleitoral e partidário e também o custo da Justiça Eleitoral. Quem sabe consigamos aprovar a coincidência dos mandatos executivos com a eleição a cada cinco anos. Seria o modelo ideal para o Brasil.

Como tem visto a questão do deficit, da alteração da meta fiscal?

Foi uma meta ousada (deficit zero), mas possível. E, sendo possível, temos que perseguir-la. O que não podemos é arguir a derrota, assumir a derrota antes do jogo. É perfeitamente possível atingi-la. Há um esforço do Congresso em apoiar o ministro Haddad. Não é fácil ser ministro da Fazenda no Brasil. É muito difícil.

Acredita que as medidas necessárias na área econômica, que interessam ao governo Lula, serão aprovadas?

O que for de interesse dos brasileiros, sim. O que não for, não vai passar. Cada item será avaliado. O que for de natureza positiva, para crescer a economia, gerar emprego, não sacrificar o contribuinte, com isso vamos contribuir. Tem várias pendências, como o projeto que regula os fundos exclusivos, as offshores, já aprovado na Câmara. Devo despachar para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) a proposta de apostas esportivas, que tem urgência constitucional. Tem a legalização dos jogos, já aprovada na Câmara, a repatriação de ativos. Temos uma meta para fazer o Brasil crescer.

Daqui a dois meses, o 8 de janeiro completará um ano. O que pensa daquele episódio?

A avaliação é de que conseguimos superá-lo e salvar a democracia. Vivemos momentos difíceis. O que se pretendeu ali foi mesmo dar um golpe, fazer uma ruptura democrática. Mas as instituições atuaram muito fortemente para impedir que isso ocorresse. Foi algo muito aviltante, humilhante, triste e repugnante o que ocorreu naquele 8 de janeiro no Brasil. Vi o estrago que foi feito no prédio do Senado e no da Câmara. Não é só algo material, mas imaterial também, que é a violação da democracia, que segue

inabalada e forte.

Como avalia a polarização no país?

O Brasil não pode seguir dividido como está. É natural termos a esquerda e a direita, mas as pessoas têm que se respeitar. É possível viver com a divergência, o que não pode é um agredir o outro, alguém ser dono da verdade. As relações de amizade, da família, do trabalho alteradas. Temos que buscar a paz em todos os sentidos.

A respeito do futuro político do senhor, que, parece claro, está muito próximo do presidente Lula. E a esquerda não tem nomes fortes para disputar o governo de Minas em 2026.

O único lugar no qual me vejo é num tribunal, mas como advogado, carreira à qual me dediquei. Minas é um estado continental, tem uma ampla classe política, com muita gente disposta a entrar e disputar. Ainda faltam três anos. Tem muitos nomes para disputar todos os cargos, até numa chapa de candidatura a presidente. Minas não pode ficar de fora, e hoje estamos na presidência do Senado.

Negar, hoje, é natural, mas o nome do senhor é citado para outras disputas.

Não tenho como meta cargos. Tenho um compromisso com o presente. O futuro, a Deus pertence, e vamos fazer uma avaliação. Sobre o ponto de vista de alguém como eu, que entrou na política para ter apenas um mandato como deputado, fui até além do que programei. Estou muito realizado nessa minha participação na vida pública.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/11/6653256-pacheco-e-preciso-restringir-o-acesso-ao-stf.html>

Reforma tributária pode ser fatiada para aprovação este ano

Edla Lula

+

Com a aprovação da **Reforma Tributária** no Senado, as atenções se voltam para o caminho da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019 de volta à Câmara dos Deputados. Na próxima semana, o texto retornará às mãos do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que já havia sido relator da matéria na primeira passagem pela Casa.

Ontem, Ribeiro afirmou que só poderá definir se a votação será fatiada, como defende o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), depois de ter acesso ao texto finalizado no Senado, após a revisão de redação. Par a garantir que a reforma seja promulgada ainda este ano, Lira tem defendido que seja aprovado, primeiro, aquilo que é consenso nas duas casas do Congresso. Isso deixaria algumas das mudanças feitas por Eduardo Braga (MDB-AM), relator no Senado, para o ano que vem.

Observadores que acompanham de perto o processo acreditam que essa ideia tende a perder força. Qualquer tipo de fatiamento pode jogar no lixo toda a construção complexa (do sistema tributário) que vem sendo feita, observa o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa.

Ele lembra que tudo aprovado no Senado foi feito em consenso com a Câmara e com o próprio governo. Os relatores nas duas casas reuniram-se frequentemente e até mesmo Lira foi ouvido em alguns momentos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assim como o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, também discutiram cada emenda.

Mas há temas polêmicos, que envolvem as disputas regionais, como a inclusão do dispositivo que permite aos estados do Norte e do Nordeste manterem benefícios tributários para o setor automotivo. Esse item havia sido derrubado na Câmara, mas foi restaurado no Senado.

É um ponto de risco, porque ficou claro que o pacto federativo no Brasil tem limitações, adverte César.

Além disso, o cientista político recorda que sempre é tempo para negociações com o Centrão por cargos ou emendas no Orçamento. Temos que lembrar que a Caixa Econômica tem as vice-presidências e há outros

espaços, como Funasa (Fundação Nacional de Saúde), além da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está aberta para emendas. Lira, como bom jogador, certamente está fazendo cálculos, aposta.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também entrou em campo. Foi ao Senado cumprimentar o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) pela condução da sessão de votação, na quarta-feira, e aproveitou para encontrar Aguinaldo Ribeiro. Disse que o fatiamento é uma hipótese, mas que não foi discutida no governo.

Padilha aproveitou para alfinetar o ex-presidente Jair Bolsonaro, que esteve no Congresso no mesmo dia da votação da reforma para convencer aliados a votarem contra. O único derrotado foi o ex-presidente da República que, mais uma vez, tentou impedir uma **reforma tributária** no país, ironizou.

Percepção lenta

O consumidor deverá perceber lentamente o impacto do novo modelo de tributação a ser adotado pela reforma. A principal alteração é a substituição de três **impostos** federais (PIS, Cofins e IPI) por um único: a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**. Os **impostos** sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e sobre Serviços (ISS, municipal) serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Tanto o CBS quanto o IBS integram o IVA dual - o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que segue os moldes do tributo único aplicado em alguns países. O IVA terá uma alíquota padrão, que ainda será definida depois da discussão da reforma na Câmara.

Na prática, não haverá mais taxação cumulativa, que ocorre quando um imposto incide sobre outro. Na avaliação dos especialistas, o setor que mais será beneficiado é a indústria, a mais afetada pela cumulatividade. Com a nova regra, o IVA será cobrado no destino final onde o produto será consumido, e não mais na origem.

Além da unificação de **impostos**, a reforma também traz mudanças significativas para o brasileiro de renda inferior à média nacional. Uma das medidas destinadas à população mais pobre é o direito ao

cashback - que deverá receber de volta parte do valor gasto nas contas de energia elétrica e gás de cozinha. Também há a previsão de isenção dos alimentos da cesta básica nacional, a ser definida por meio de lei complementar.

O texto aprovado no Senado também prevê alíquota reduzida do IVA em 60% para 13 setores, como serviços de educação e saúde, alimentos sem açúcar ou conservantes e produtos básicos de higiene pessoal. Também haverá redução de 30% na alíquota dos serviços prestados por profissionais liberais - como advogados e contadores.

A transição do sistema atual para o novo começa em 2026 e será concluída em 2032, quando todos os **impostos** serão unificados em um federal (CBS) e outro estadual (IBS). Para o tributarista Leonardo Roesler, os efeitos da reforma devem começar a ser sentidos a partir da promulgação - prevê um aumento dos preços e custos, que irá incidir sobre o consumidor final.

Vai haver um aumento de custo global, seja nos serviços ou na indústria, porque a indústria, por mais que vá ser beneficiada, não vai reduzir o preço final, afirma.

Para Leonardo, haverá uma reação em cadeia, em todas as etapas do processo produtivo, o que fará com que o brasileiro tenha um peso a mais na conta final. Os especialistas já falam em um aumento mínimo de 15% no valor dos produtos para o consumidor com a reforma, adverte. (Colaborou Raphael Pati, estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi)

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/11/6653272-reforma-tributaria-pode-ser-fatiada-para-aprovacao-este-ano.html>

Alckmin agiu para garantir benefício a montadoras em Reforma Tributária (Reforma tributária)

Idiana Tomazelli

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) entrou em campo durante a votação da **Reforma Tributária** no Senado para evitar o risco de um revés na votação do benefício fiscal a montadoras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A bancada do PSB, liderada pelo senador Jorge Kajuru (GO), apresentou um destaque para votar separadamente um trecho da PEC (proposta de emenda à Constituição) que assegura a prorrogação do incentivo a projetos que envolvam carros flex (movidos a etanol e gasolina).

O senador atendia a um pedido do senador Flávio Arns (PSB-PR). A bancada do Paraná era uma das contrárias ao dispositivo, refletindo a reclamação de falta de isonomia entoada por montadoras instaladas no Sul e Sudeste.

Uma versão inicial do parecer do relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), contemplava apenas veículos elétricos na prorrogação dos benefícios, mas o governo conseguiu emplacar a ampliação do escopo -o que desagradou às montadoras do Sul e Sudeste.

Segundo relatos de integrantes do Executivo e do Congresso, Alckmin -que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços- conversou com Kajuru para tentar reverter a situação.

Membros do governo afirmam que o vice-presidente também manteve diálogo com Arns.

A votação em separado do trecho obrigaria o governo a colocar um mínimo de 49 votos (quórum para mudanças constitucionais) para aprovar o dispositivo. A PEC foi aprovada na quarta-feira (8).

O placar do texto-base da reforma já foi apertado: 53 a 24, com apenas quatro votos favoráveis acima do mínimo necessário. Levar à votação uma matéria ainda mais controversa, com bancadas do Sul e do Sudeste contra o texto, traria risco de derrota.

Na Câmara, o governo foi derrotado justamente na

votação dos destaques, quando a base aliada falhou em colocar os 308 votos necessários para manter o benefício automotivo no texto. Na ocasião, a derrota se deu por um único voto.

Para evitar o risco de repetir esse desfecho, Alckmin pediu, segundo os relatos, para que o líder do PSB tentasse convencer Arns a desistir da mudança. Arns, de acordo com pessoas próximas, recuou por consideração ao vice-presidente.

Depois, Kajuru retornou a ligação para avisar Alckmin sobre a decisão e anunciou a retirada do destaque no plenário.

"Houve um diálogo absolutamente democrático, que eu considero extraordinário, entre a minha pessoa, como líder de bancada do histórico PSB, com Flávio Arns, Chico Rodrigues, Ana Paula Lobato, e agradeço aos três pela compreensão", disse o líder do PSB no plenário, na noite de quarta.

"Eu, representando o estado de Goiás, pensei nas cidades de Catalão e de Anápolis, em relação às empresas Mitsubishi e Caoa, mas a minha decisão é exclusivamente em homenagem ao estado de Pernambuco [...]. Portanto, eu estou retirando o destaque", acrescentou.

Uma das preocupações do PSB era com o impacto político da aprovação de uma mudança que prejudicasse Pernambuco, base do partido.

A prorrogação dos benefícios atende à Stellantis, que tem uma fábrica da Jeep em Goiana (PE) -cujos incentivos só valem até o fim de 2025. Mas Kajuru também estava pessoalmente empenhado na conversa por causa das duas montadoras instaladas em Goiás, seu estado.

A prorrogação dos incentivos fiscais das montadoras ficou conhecida como "emenda Lula", por se tratar de um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O dispositivo prorroga os benefícios até 2032, com previsão de redução gradual a partir de 2029.

Serão contemplados projetos aprovados até o fim de 2024 e que já façam jus ao incentivo. O prazo é estendido até 31 de dezembro de 2025 para os que ampliem ou reiniciem a produção em planta industrial anteriormente habilitada aos subsídios.

Além da fábrica em Pernambuco, a medida busca assegurar os benefícios à montadora chinesa BYD (Beyond Your Dreams), que vai se instalar onde antes funcionava a fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia.

Em junho, Lula recebeu no Palácio do Planalto a vice-presidente-executiva da BYD e presidente para as Américas, Stella Li, ao lado de Rui Costa e do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT). Por isso, o tema é considerado importante para o governo.

Representantes do Executivo já haviam atuado junto ao relator para ampliar o escopo da prorrogação dos benefícios, uma vez que nem todas as montadoras que contam com os incentivos hoje produzem carros elétricos.

O relator aceitou estender a benesse a projetos que envolvam veículos movidos exclusivamente por biocombustíveis ou combinado com derivados de petróleo (flex), mas estipulou condicionantes, como início da produção até 1º de janeiro de 2028 para novas fábricas, volume mínimo de investimentos e produção, além de manutenção da produção por prazo mínimo, inclusive após o encerramento do incentivo fiscal.

O trecho foi acolhido durante a discussão na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, na terça-feira (7), para frustração das montadoras do Sul e Sudeste.

Três delas -General Motors, Toyota e Volkswagen- se manifestaram em um anúncio publicitário pedindo a rejeição do dispositivo que beneficia as concorrentes, sob o argumento de que é preciso assegurar isonomia para a indústria automotiva, que não está localizada em um único estado.

Na terça, enquanto a CCJ analisava o texto da reforma, representantes dessas montadoras também foram a campo conversar com senadores na tentativa de convencê-los a rejeitar o artigo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/alckmin-agiu-para-garantir-beneficio-a-montadoras-em-reforma-tributaria.shtml>

Cesta básica com isenção e impostos mais baixos: os pontos da reforma tributária ligados à produção de alimentos no Brasil

Por Vivian Souza, g1

O Senado Federal aprovou na quinta-feira (8) a proposta da **reforma tributária** que, agora, retorna para nova votação na Câmara dos Deputados.

Um dos pontos que afeta o agronegócio é a definição de uma Cesta Básica Nacional de Alimentos, com imposto zero na venda de produtos que fizerem parte dela.

Há ainda a criação de uma cesta estendida, com outros alimentos que poderiam ter alíquota mais baixa também nas prateleiras.

Economistas acreditam que as duas medidas podem beneficiar os mais ricos, que são os que mais fazem compras nos supermercados e defendem a criação de um cashback, que, apesar de manter os **impostos**, possibilita a devolução dos valores para a população carente.

A reforma prevê ainda um regime diferenciado para alguns setores, incluindo o agro, que poderiam pagar apenas 40% da alíquota geral em etapas da produção.

A **reforma tributária**, aprovada no Senado e que, agora, retorna para nova votação na Câmara dos Deputados, também esbarra em questões ligadas à produção de alimentos no Brasil. Para o setor de agronegócio, os seguintes pontos do texto atual se destacam:

a definição de uma Cesta Básica Nacional de Alimentos, com imposto zero na venda de produtos que fizerem parte dela; a criação de uma cesta estendida, com outros alimentos que poderiam ter alíquota mais baixa também nas prateleiras; um regime diferenciado para alguns setores, incluindo o agro, que poderiam pagar apenas 40% da alíquota geral em etapas da produção. O texto atual abre ainda a possibilidade de que, por meio de uma lei complementar, a alíquota possa chegar a zero para determinados segmentos, como o de frutas, ovos e legumes.

Alimentos com imposto zero na venda

A ideia de uma cesta básica nacional recebe críticas do setor e divide economistas. Analistas ouvidos pelo g1 destacam que seria difícil estabelecer um padrão de alimentos essenciais para uma população tão diversa como a brasileira.

Sérgio Vale, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), diz que pode existir haver uma brecha para que muitos produtos tenham a isenção, inclusive aqueles que não precisam, complicando o sistema tributário.

?? Vale lembrar que a definição da lista de produtos não faz parte do texto da reforma que está no Congresso: em caso de aprovação da proposta, os itens das cestas seriam decididos depois, com uma lei complementar.

QUEM VAI SE BENEFICIAR? Os economistas Felipe Serigati, do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro) e Antônio Buainain, do Instituto de Economia na Universidade de Campinas (Unicamp), entendem ainda que a isenção para os produtos destas cestas poderia beneficiar os mais ricos.

Isso porque o desconto aconteceria no momento da venda (lá no supermercado, por exemplo). Como quem tem mais renda costuma gastar mais, consequentemente usufruiria de mais descontos.

"(É) uma política tributária que acaba favorecendo os que têm melhores condições com o pretexto de beneficiar os mais pobres", afirma Buainain.

Para eles, um programa social como o cashback (devolução em dinheiro), citado na própria reforma, seria uma alternativa mais adequada para compensar quem tem menos renda do que a isenção de imposto na hora da venda.

O diretor do Centro de Políticas Sociais (Social) da FGV, Marcelo Neri, discorda. Para ele, a população de baixa renda seria a mais beneficiada, já que ela é a que dedica a maior parte do seu dinheiro à compra de alimentos, diferente de outras classes, que gastam

também com outros itens.

Contudo, o pesquisador-associado Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV Bráulio Borges alerta que tanto os produtores quanto os supermercados não repassaram para o consumidor os descontos em **impostos** concedidos para itens de alimentação no governo Dilma Rousseff (2011-2016), mantidos nos governos seguintes.

O QUE DIZ O SETOR: O agronegócio concorda com a criação das cestas e prefere essa opção ao cashback. Porém, quer que a isenção de **impostos** para os produtos selecionados aconteça não só na hora da venda, para o consumidor final, mas também nas etapas de distribuição e varejo.

Alimentos naturais (como frutas, carnes e hortaliças) ou de baixo processamento (como queijos, iogurtes e pães) e alguns produtos de higiene e limpeza já são isentos dos **impostos** federais, como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Cada estado, no entanto, define uma alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para cada uma dessas categorias. Essas alíquotas são zeradas para alguns produtos em alguns estados, mas podem chegar a até 33%, segundo levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

O que é o 'cashback' na reforma

A própria proposta da reforma aprovada no Senado manteve a possibilidade de criação futura, por meio de lei complementar, de um benefício na linha da sugestão dos professores: o cashback, que seria uma devolução de parte do imposto pago às famílias de baixa renda.

A ideia, com isso, é reduzir o alto peso dos **impostos** para essa população. O programa substituiria a isenção de imposto para produtos de uma cesta básica nacional.

De acordo com o secretário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, quem estiver no Cadastro Único de programas sociais do governo, o CadÚnico, poderia ser beneficiado, no futuro, com essa devolução de **impostos**, embora o modelo ainda não esteja fechado.

No texto aprovado no Senado, consta que a devolução será obrigatória no fornecimento de energia elétrica e de gás de cozinha para essa parcela da população.

Sérgio Vale, da USP, o Brasil já tem experiência em pôr em prática esse tipo de programa social, a partir de outros que o país já oferece, como o Bolsa Família.

Neri, da FGV Social, discorda. Para ele, não haveria motivos para o Brasil criar um sistema de cashback para substituir programas que já existem para dar desconto em serviços essenciais, como energia elétrica.

O QUE DIZ O SETOR: a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) prefere a opção de alíquota zero para cesta básica e se diz contra taxar qualquer alimento.

Menos imposto nas etapas de produção

Na versão do texto aprovada no Senado, a **reforma tributária** prevê um regime diferenciado de cobrança de imposto para alguns setores, incluindo o agronegócio, que poderia pagar apenas 40% da alíquota geral cobrada de todos os segmentos da economia.

No campo, seriam beneficiados:

alimentos destinados ao consumo humano; produtos agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários e aquícolas;

Além disso, a reforma estabelece uma lei complementar que definiria situações em que poderão ser estabelecidas reduções e até mesmo zerar o imposto. No campo, os beneficiados seriam:

produtos hortícolas, como frutas e ovos; produtores rurais sob certas condições (não definidas no texto).

O senador Yuri Age, vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), afirma que, sem a redução da alíquota, o agro pagaria ainda mais **impostos** do que hoje. E que isso é incompatível com o mercado internacional.

Para Buainain, da Unicamp, hoje o setor paga menos imposto do que a indústria e serviços e a reivindicação é uma forma de manter esse cenário.

Para o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), o setor deve visar o pagamento de apenas 30% da alíquota geral, em vez dos 40% previstos no texto atual.

PERDAS E GANHOS - Para Serigati, da FGV-Agro, criar exceções complica o sistema tributário, tornando-o mais aberto para novas disputas relacionadas a isenções, inclusive envolvendo outros setores da economia.

Em contrapartida, o economista acredita que o agro realmente precisa desse benefício. Pela própria dinâmica do seu processo produtivo. (A lavoura/a criação) é uma commodity , é uma fábrica a céu aberto. Então, o produtor não tem a menor ideia de qual que vai ser a receita dele , afirma.

A proposta também prevê a possibilidade de revisar esses benefícios a cada 5 anos. Para Serigati, isso abre para uma brecha para desmontar a reforma aos poucos.

Bráulio Borges, da FGV-Ibre, acredita que, na prática, a opção de zerar o imposto desestimula uma maior formalização dos pequenos e médios produtores.

Por exemplo, na compra de maquinários, eles ganham crédito para debitar do imposto que foi pago pelos seus fornecedores, e que, portanto, seria pago por eles uma segunda vez. Para isso, precisam comprovar essa duplicidade .

Com isenção, o produtor não precisaria emitir nota para todas as compras, acredita Borges.

Saiba também: Do arroteo do boi ao desmatamento: produção de comida gera 1,8 bilhão de toneladas de gases poluentes no Brasil

O que ficou de fora

Os produtores rurais fizeram uma lista de reivindicações para serem acrescentadas na reforma, mas a maioria dos pontos não foi contemplada no texto aprovado no Senado.

Entre os temas defendidos, os produtores conseguiram a redução de imposto para o setor e também a retirada de uma proposta de taxaço de produtos exportados. Este último teria o valor arrecado usado para Fundos Estaduais voltados para infraestrutura.

Ao menos três dos dez estados com maior produção agropecuária do país (Mato Grosso, Goiás e Santa Catarina poderiam criar um imposto com vigência de 20 anos sobre o agronegócio.

Os Fundos Estaduais permanecem no texto, mas sem a criação do imposto de produção para obtenção do valor. Apesar da vitória, o setor do agronegócio queria que o ponto como um todo fosse removido da reforma.

Saiba mais sobre a produção de alimentos no Brasil nos VÍDEOS

Site:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/11/10/cesta-basica-com-isencao-e-impostos-mais-baixos-os-pontos-da-reforma-tributaria-ligados-a-producao-de-alimentos-no-brasil.ghtml>

Pacheco diz que tem dúvidas sobre possibilidade de fatiar a reforma tributária: Engrenagem delicada

Por Nilson Klava, g1, g1 e TV Globo - Brasília

Rodrigo Pacheco disse ter dúvidas sobre possibilidade de fatiar **reforma tributária**.

Pacheco justificou a análise ao dizer que proposta tem dispositivos que se interligam .

Fatiamento possibilitaria que apenas parte da PEC fosse promulgada.

Ideia do fatiamento foi levantada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira.

PEC da **reforma tributária** foi aprovada no Senado nesta quarta-feira (8).

Por conta das mudanças feitas na proposta, ela, agora, volta a ser discutida na Câmara.

O presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta quinta-feira (9) que tem dúvidas sobre a possibilidade de fatiar a **reforma tributária**.

O fatiamento possibilitaria a promulgação de apenas partes do texto que tiveram consenso entre deputados e senadores. Já os trechos modificados pelo Senado, nesse caso, seriam discutidos à parte pela Câmara.

Pelo regimento do Congresso, uma PEC só pode ser promulgada se Câmara e Senado concordarem com o mesmo texto. Até que isso aconteça, a proposta pode ficar indo e voltando entre as duas Casas por prazo indeterminado (veja tramitação abaixo).

Ainda não temos condição de avaliar. É preciso fazer uma confrontação técnica entre os textos para se ter condição de avaliar se é possível , afirmou Pacheco.

Pacheco justificou a análise sob o argumento de que os pontos de discussão têm certa relação uns com os outros.

[A] **reforma tributária** tem dispositivos que se interligam. É uma engrenagem delicada , explicou.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** foi aprovada, em dois turnos, nesta quarta-feira (8), pelo Senado. E, por conta das mudanças feitas pelos senadores, voltará para nova rodada de discussões na Câmara, onde já foi aprovada em julho

A ideia do fatiamento da **reforma tributária** foi defendida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), nesta terça-feira (7).

"O que nós vamos apreciar de tributária é o que o Senado alterou, o que se não configurar em muita coisa, a PEC pode ser inclusive promulgada no que for comum, e a gente vai discutir o que ficou divergente", disse Lira em conversa com jornalistas.

Na ocasião, o deputado alagoano disse também que não tinha conversado sobre essa possibilidade com Rodrigo Pacheco, mas que promulgar os pontos de consenso seria uma "boa sugestão".

Mesmo sem data marcada para a nova votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) disse ao blog da Andréia Sadi que vai colocar a **reforma tributária** para votação pelos deputados assim que chegar na Casa.

A **reforma tributária** simplifica **tributos** federais, estaduais e municipais. E estabelece a possibilidade de tratamentos diferenciados, setores com alíquotas reduzidas como, por exemplo, serviços de educação, medicamentos, transporte coletivo de passageiros e produtos agropecuários (leia aqui os principais pontos da **reforma tributária**).

Questionado nesta quarta-feira (8) se a PEC poderia ser fatiada , o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, respondeu, a princípio, que não seria necessário, mas, depois, acrescentou que o mecanismo poderia ser utilizado com a **reforma tributária**.

Não acredito que vai precisar [...] Aquilo que for comum às duas Casas, pode ser promulgado, e o que não for comum fica para uma outra oportunidade , disse.

A tramitação de uma PEC

Depois de concluída a votação em uma Casa, a PEC é enviada para a outra. Por exemplo, se a proposta é aprovada pela Câmara, é enviada ao Senado; Se o texto for aprovado pela Câmara e pelo Senado sem alterações, é promulgado pelo Congresso Nacional; Se houver modificação substancial (não apenas de redação), a proposta volta para a Casa onde começou a tramitar. No caso da PEC da **reforma tributária**, os senadores fizeram alterações, então, o texto retorna para a Câmara; Se for alterada pela Câmara, volta para o Senado, e assim por diante, até chegar a um texto de consenso, porém é possível haver a promulgação fatiada (apenas da parte aprovada pelas duas Casas).

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/10/pacheco-diz-que-tem-duvidas-sobre-possibilidade-de-fatiar-a-reforma-tributaria-engrenagem-delicada.ghtml>

O Assunto #1.084: O futuro do governo Lula depois da Reforma Tributária

Por Natuza Nery, g1

Você pode ouvir O Assunto no g1, no GloboPlay, no Spotify, no Castbox, no Google Podcasts, no Apple Podcasts, na Deezer, na Amazon Music, no Hello You ou na sua plataforma de áudio preferida. Assine ou siga O Assunto, para ser avisado sempre que tiver novo episódio.

O placar do Senado registrou 53 votos a favor - apenas 4 a mais do que o mínimo necessário - e o texto que muda o sistema de **tributos e impostos** brasileiros foi aprovado na Casa. Ainda que o resultado tenha sido apertado e a versão final da proposta tenha mais exceções do que o desejado, trata-se de um feito do governo. Mas, internamente, cresce o atrito entre duas alas petistas: uma, liderada por Fernando Haddad, que busca uma política econômica mais austera; e outra, representada por Rui Costa, que quer mais recursos para gastos e investimentos. Para explicar o que tudo isso representa para o futuro do terceiro mandato de Lula, Natuza Nery conversa com Miriam Leitão, jornalista da TV Globo, GloboNews, jornal O Globo e rádio CBN, e Celso Rocha de Barros, doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, colunista do jornal Folha de S.Paulo e autor do livro "PT, uma história". Neste episódio:

Miriam e Celso concordam sobre a importância histórica da reforma. "Vários governos, de várias orientações ideológicas, já tentaram fazer. Então é uma grande realização", lembra Celso. "O governo Lula tem o simbolismo de enterrar o sistema tributário imposto na ditadura", afirma Miriam; A jornalista também avalia que a aprovação é "uma grande derrota" para a oposição bolsonarista. "O ex-presidente foi a campo, falou com as bases e até o Ciro Nogueira (PP), ex-chefe da Casa Civil, votou a favor e elogiou a reforma", lembra Miriam; Celso relaciona a reforma a uma possível "tomada de consciência do establishment brasileiro" em prol de um modelo mais eficiente de capitalismo para o país. E Miriam alerta para a necessidade de incluir as mudanças climáticas e as pautas verdes na agenda econômica; A dupla comenta ainda a rixa entre os ministros da Casa Civil e da Fazenda. Celso recorda que se trata de uma "coreografia previsível" - o mesmo aconteceu entre José Dirceu e Antonio Palocci no governo Lula 1. Para Miriam, pior do que as intrigas de

bastidores, foi a fala de Lula sobre o não cumprimento da meta fiscal em 2024. "Um ministro fraco não aprova as medidas dele, que são boas e vão acabar com privilégios na economia", conclui.

?? O g1 agora está no Comunidades WhatsApp. Clique aqui para participar

O que você precisa saber:

Reforma tributária: Senado aprova; texto retorna à Câmara
CNI: exceções aprovadas na reforma são muito amplas
Haddad: reforça que perseguirá meta fiscal zero em 2024
PT: Haddad e Gleisi estarão juntos em debate econômico

VEJA CORTES DO PODCAST O ASSUNTO EM VÍDEO

Site: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/11/10/o-assunto-1084-o-futuro-do-governo-lula-depois-da-reforma-tributaria.ghtml>

Sistema tributário brasileiro já tem cashback, mas para média e alta renda. Você sabia?

Entenda

A devolução do pagamento de valor desembolsado com imposto, o chamado cashback tributário, não é exatamente uma novidade no sistema brasileiro. Apesar de não ser conhecido por esse nome, é justamente isso que acontece com os descontos dados no Imposto de Renda para os gastos com saúde e educação há décadas. No entanto, esse é um benefício para a população de média e alta renda, como chama atenção o economista Edson Domingues, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O cashback criado pela **Reforma Tributária**, no entanto, está focado na baixa renda. O texto prevê a devolução do imposto pago em itens da cesta básica, nas contas de gás e de luz a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Estudo assinado por Gonçalves, em parceria Débora Freire Cardoso, também professora da UFMG e subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, mostra que a política de cashback vai ampliar a capacidade de consumo de cerca de 90% das famílias brasileiras.

Ainda não há definição sobre questões mais práticas do cashback. Essas informações não foram incluídas na PEC e vão ser regulamentadas posteriormente por lei complementar, por resolução do Ministério da Fazenda, do Tesouro e do Banco Central.

Gonçalves aponta como uma das referências para esse tipo de benefício no Brasil o sistema do Rio Grande do Sul. O estado já tem um sistema implementado, com um cartão de devolução do ICMS:

-Há um cartão eletrônico em que uma estimativa do gasto com cesta básica e imposto pago é retornado para as famílias que estão num cadastro de baixa renda - explica.

O professor destaca que outros países da América do Sul, como o Chile e a Colômbia, também têm um sistema de devolução de imposto nesse mesmo sistema, com cartão, em que uma estimativa de gasto de imposto associado à cesta básica retorna às pessoas que estão em um cadastro de baixa renda.

O Brasil tem uma ampla experiência em meios eletrônicos de pagamentos a pessoas de baixa renda, cadastro de pobreza e desigualdade. O professor destaca o CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), a experiência bem-sucedida do pagamento do Auxílio Emergencial na pandemia e do bolsa família via cartão como vantagens para a implementação do cashback.

-O Brasil tem um ponto de partida muito avançado que vai ser importante quando for implementar a devolução de **tributos**. Para basear a experiência do cashback, nós temos também o Pix, um fenômeno de popularidade no Brasil, muito bem implementado pelo Banco Central, que também poderia ser uma forma de devolução. Então, acho que o Brasil tem amplo conhecimento nessa questão prática de devolução ou via cartão ou em outros sistemas que podem vir ser efetivados.

Do ponto de vista econômico e social, uma devolução de imposto para baixa renda é muito melhor do que a isenção ampla. Inclusive, diz Gonçalves, é melhor que a isenção da cesta básica como foi aprovado na PEC da **Reforma Tributária**.

Ele explica que cesta básica que vai ser isenta de tributo ainda vai ser definida e destaca que o ideal é que seja um conjunto bem restrito de produtos:

-Ao isentar alguns produtos do imposto, você acaba beneficiando toda as pessoas, inclusive as de renda alta e média, quando o objetivo era a população de baixa, por isso esse é um mecanismo ruim de tributação. O ideal é que o conjunto de produtos isentos de **impostos** pela cesta básica seja o menor possível. A ideia é reforçar a política do cashback, o retorno do tributo aos mais pobres, aí sim sobre uma cesta básica ampliada.

Na avaliação do economista e ex-ministro Máilson da Nóbrega o cashback ficou muito restrito e a **Reforma Tributária** acabou mantendo privilégios para os mais ricos.

-Os lobbies conseguiram criar um rosário de privilégios

em benefício essencialmente dos ricos, quem viaja, paga escola privada, a melhor universidade. Privilégios gerados na **Reforma Tributária** de 1965, de certa forma, foram preservados. O cashback ficou muito limitado.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2023/11/sistema-tributario-brasileiro-ja-tem-cashback-mas-para-media-e-alta-renda-voce-sabia-entenda.ghtml>

Após críticas, Moro justifica voto contrário a Reforma Tributária: Perigo para cidadão

A **Reforma Tributária** foi aprovada em segundo turno no plenário do Senado nesta quarta-feira. O texto-base recebeu o aval de 53 senadores e o posicionamento contrário de 24 opositoristas, muitos deles ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Entre eles, o ex-juiz federal da Lava-Jato, Sergio Moro (União Brasil-PR) que se tornou alvo de críticas por ter se unido a bolsonaristas.

Por este motivo, o senador justificou o seu voto contra a proposta. De acordo com ele, a reforma abre espaço para o aumento da carga tributária referente à contribuição sobre a iluminação pública, IPVA e imposto sobre herança:

- Isso é um perigo para o cidadão. Aliás a reforma também não é boa para o Paraná por que acabou sendo discriminado negativamente na repartição do Fundo do Desenvolvimento Regional. Pelas regras colocadas na reforma, (o Paraná) vai receber uma parcela menor desse fundo em comparação com outros estados (...) eu não posso votar numa reforma que abre espaço para aumento de tributo e que prejudica o Paraná - disse Sergio Moro.

Além de Moro, outros 23 parlamentares se posicionaram contra a reforma. São eles: Marcos Pontes(PL-SP), Carlos Portinho (PL-RJ), Cleitinho (Republicanos-MG), Damares Alves (Republicanos-DF), Dr. Hiran (PP-RR), Eduardo Girão (Novo-CE), Esperidião Amin(PP-SC), Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Izalci Lucas (PSDB-DF), Jaime Bagattoli (PL-RO), Jorge Seif (PL-SC), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Magno Malta (PL-ES), Marcos do Val (Podemos-ES), Mecias de Jesus (Republicanos-RR), Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), Rogerio Marinho (PL-RN), Romário (PL-RJ), Soraya Thronicke (Podemos-MS), Tereza Cristina (PP-MS), Wellington Fagundes (PL-MT) e Wilder Moraes(PL-GO)

Apesar da aprovação ser de interesse do governo Lula (PT), a reforma tramitava há 30 anos no Congresso Nacional, motivo pelo qual teve o apoio de parlamentares de fora da base do presidente. De maneira geral, a proposta propõe a simplificação do sistema tributário. Com a aprovação da reforma, cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) serão transformados em três - Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços

(CBS) e Imposto Seletivo.

O movimento de aproximação do Moro com o conservadorismo ocorre desde o início de seu mandato. Recentemente, ele se aproximou de lideranças internacionais de direita e intensificou seus discursos sobre políticas de gênero ou em oposição ao governo federal.

Isto ficou evidente em relação ao conflito em Israel. Logo no início da guerra, o senador cobrou críticas mais duras ao Hamas, que não foi classificado por Lula como grupo terrorista. Assim como Bolsonaro, o senador relembrou um **comunicado** publicado no site da organização após a eleição do petista: "Hamas parabeniza Lula pela vitória nas eleições", dizia. O parlamentar também abordou uma nota oficial do Itamaraty a respeito dos ataques: "Sequer nomina ou repudia nominalmente" o Hamas, disse Moro.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/10/apos-criticas-moro-justifica-voto-contrario-a-reforma-tributaria-perigo-para-cidadao.ghtml>

Nova modalidade de emenda e fundo eleitoral turbinado ampliam tensão entre Congresso e governo

Apesar de ter conquistado uma vitória importante com a aprovação da **Reforma Tributária** pelo Senado nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem no horizonte novos embates com o Legislativo até o fim do ano. Congressistas articulam a criação de uma nova modalidade de emenda parlamentar para ampliar o controle sobre o orçamento e obrigar o governo a executar os pagamentos. Em outra frente, agem para turbinar o fundo eleitoral, no momento em que o Executivo busca medidas para reduzir o rombo nas contas públicas.

Com o avanço das negociações, auxiliares de Lula já trabalham para ao menos tentar amenizar as mudanças e barrar o eventual desembolso compulsório das "emendas de bancadas partidárias" que o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União-CE), tenta criar com o apoio das lideranças da Casa.

Na visão da base, caso essa emenda saia do papel, o governo terá de repassar boa parte desses recursos obrigatoriamente para a oposição, principalmente, se forem impositivas - ou seja, de pagamento obrigatório. Isso porque, o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, tem a maior bancada da Câmara, com 98 deputados, e a segunda do Senado, com 12 integrantes. Por outro lado, o PT é o segundo em tamanho na Câmara, com 68 deputados, e tem 8 senadores.

Além disso, a emenda tira munição do Palácio do Planalto para negociar e garantir apoio em votações importantes, em um Congresso que ampliou espaço com grandes quantias oriundas do extinto orçamento secreto.

Cronograma em estudo

Do lado da equipe econômica, a visão também é desfavorável à criação dessa nova emenda. O entendimento é que o Congresso tem hoje 0,4% do **PIB** (R\$ 37,6 bilhões) em emendas, como o previsto na proposta de Orçamento para 2024, e que pode tentar chegar a 0,5% (R\$ 49,5 bilhões) com a nova modalidade, o que é considerado prejudicial à organização das contas públicas.

A emenda que Danilo Forte tenta criar seria destinada às bancadas partidárias do Congresso e se juntaria às outras três já existentes direcionadas a deputados e senadores (individual, de comissão e de bancada estadual). A novidade é apresentada como uma alternativa ao orçamento secreto, barrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim do ano passado, principalmente, pela falta de transparência.

O relator da LDO ainda não definiu se vai propor que a execução seja obrigatória, mas essa é a tendência, de acordo com parlamentares que acompanham as discussões. Segundo ele, a definição de um montante dependerá ainda da Lei Orçamentária Anual (LOA) e há a possibilidade ainda que as emendas de comissão também se tornem impositivas - das três existentes é a única que não tem ainda essa obrigatoriedade.

O relator deve também apresentar um cronograma de pagamento obrigatório pelo governo das emendas impositivas. A ideia é que o Executivo seja obrigado a desembolsar os recursos em um período determinado pelo Congresso. Hoje, quem controla o ritmo de pagamentos é o governo, o que gera reclamações no Legislativo.

- Onde há dinheiro público precisa haver transparência. Essa nova rubrica vem justamente para acabar com qualquer dúvida sobre a RP9 (antigas emendas de relator, extintas pelo STF). Não pode haver mais orçamento secreto, seja no Executivo ou Legislativo. Então, por isso, estamos criando a RP5, que vai ter origem, destino e acompanhamento. É uma rubrica clara, com toda tramitação de transparência e fiscalização - disse Forte.

Em outra frente, a um ano das eleições municipais, o Congresso articula para elevar o montante que bancará as campanhas do ano que vem a um patamar recorde. Na quarta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou uma proposta que possibilita aos partidos gastarem até R\$ 5 bilhões nas campanhas de candidatos a vereador e prefeito no ano que vem ao cortar R\$ 4,02 bilhões das emendas de bancadas estaduais para destinar ao fundo eleitoral. Esse valor se somaria aos R\$ 939,3 milhões

inicialmente previstos para o chamado "fundão".

A manobra faz com que setores como a saúde e educação possam sair prejudicados, já que também recebem verbas das emendas de bancadas estaduais, mas que agora podem ir para o fundo eleitoral. Esse corte do valor das emendas de bancada pode ser temporário, já que há uma discussão, como O GLOBO revelou, sobre encontrar outra fonte para esse recurso, como a Justiça Eleitoral.

Apesar do fundo inflado ser um pleito de dirigentes partidários, inclusive da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffman (PR), caso esse valor saia de fato das emendas de bancadas, poderá aumentar a pressão do Congresso por outras fatias do Orçamento e reduzir a verba que iria para investimentos.

Na semana passada, o fundo eleitoral foi um dos temas da conversa entre Lula e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O senador tem defendido a manutenção do fundo em um patamar de R\$ 2,9 bilhões, como foi o montante nas últimas eleições municipais. Há setores do Congresso que defendem este valor reajustado pela **inflação** do período, o que levaria o volume para cerca de R\$ 6 bilhões.

Neste cenário de novos desafios no Congresso e com projetos que podem aumentar a arrecadação do governo tramitando (taxação dos super-ricos, mudanças na subvenção do ICMS) e apostas esportivas), o governo tenta também realinhar sua articulação, especialmente no Senado, que tem imposto mais dificuldades.

Marcação cerrada

O governo pretende intensificar o movimento de aproximação das bancadas e fazer uma marcação "senador a senador", segundo interlocutores do Executivo. Lula já reconheceu essa necessidade após a derrota do seu indicado à Defensoria Pública da União, Igor Roque, e deu início à nova estratégia ao convocar uma reunião com lideranças da base, às vésperas da votação da reforma.

O esforço mostrou resultado, mesmo com a ofensiva do ex-presidente Jair Bolsonaro de barrar o projeto.

Apesar da margem apertada, de apenas quatro votos a mais do que o mínimo necessário, o governo chegou a angariar apoio na oposição, como o do senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro. Governistas comemoraram também o resultado no Podemos, que não está na base: quatro dos sete votos do partido foram favoráveis.

Para membros do governo, há margem ainda para aumentar o apoio em outros flancos também. PP e Republicanos, que ocupam um ministério cada, entregaram apenas dois de dez votos, por exemplo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/10/nova-modalidade-de-emenda-e-fundo-eleitoral-turbinado-ampliam-tensao-entre-congresso-e-governo.ghtml>

Veto presidencial à desoneração da folha não teria explicação jurídica, dizem especialistas

Brasília

**/
Ana Isabel Mansur e Emerson Fonseca Fraga, do
R7, em Brasília**

A prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia até 2027 está de acordo com a Constituição Federal, dizem especialistas em direito tributário consultados pelo R7. O veto presidencial por esse motivo, portanto, "não seria justificável". O tema já foi discutido no Supremo Tribunal Federal. Em 2021, o ministro aposentado Ricardo Lewandowski, então relator do caso, posicionou-se a favor da medida e afirmou que a reoneração levaria a inúmeras demissões (veja mais abaixo). O projeto de lei com a extensão da medida fiscal, que terminaria em 31 de dezembro deste ano, foi aprovado pelo Congresso Nacional em outubro e aguarda sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Pela matéria, a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha salarial continua sendo substituída por uma contribuição com alíquota entre 1% e 4,5% da receita bruta das empresas.

Com risco de perda de 1 milhão de vagas, empresas e trabalhadores pressionam o governo federal a sancionar o projeto de lei. Na semana passada, no entanto, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em resposta a questionamento feito pelo R7, afirmou que "não há compromisso" com a sanção da desoneração.

[Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp](#)

[Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp](#)

[Compartilhe esta notícia pelo Telegram](#)

[Assine a newsletter R7 em Ponto](#)

Padilha declarou que o governo vai analisar a medida, principalmente no que diz respeito à constitucionalidade. O ministro levantou a hipótese de o texto aprovado pelo Congresso Nacional não estar

de acordo com a Constituição Federal, o que é refutado por especialistas.

Nesta quinta-feira (9), quase 30 representações patronais assinaram em conjunto um ofício para pedir audiência com Lula para expor "com maior profundidade os elementos que fundamentam a necessária sanção da medida". As centrais sindicais também pressionam pela prorrogação.

Veja o que dizem os especialistas em direito tributário consultados pela reportagem:

O advogado tributarista Renato Aparecido Gomes diz que o projeto que prorroga a desoneração é constitucional. "Representantes do governo federal têm alegado que a medida fere a Constituição, em razão da existência de uma nova disposição, a emenda à Constituição 103, de 2019, que proíbe novo regime de previdência. Não se trata, contudo, de um novo regime, mas da prorrogação de um sistema que vem funcionando desde 2011", explica.

"A lei que criou a desoneração da folha vem sendo alterada, prorrogando essa desoneração, que, de certa forma, compreende uma necessidade de determinados setores para possibilitar mais contratação e maior oferta de empregos", argumenta.

Para o especialista, a desoneração aquece a economia. "Muitas vezes, o fato de você diminuir a tributação de um determinado setor incentiva tanto aquela atividade econômica, e essa atividade fica tão aquecida pela quantidade de atividades que a tributação, embora menor, acaba resultando numa maior arrecadação", diz.

O advogado tributarista e conselheiro da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat) Eduardo Natal concorda com o colega. "A prorrogação não é a criação de um novo tributo, é simplesmente a própria prorrogação. É a continuidade da incidência na forma que já estaria disciplinada por mais algum tempo. Portanto, esse argumento de inconstitucionalidade não deveria subsistir", afirma.

O especialista disse que um veto por inconstitucionalidade "não seria justificável". "Essa contribuição cobrada para esses sete setores na forma de desoneração da folha existe desde 2011. Não é

uma novidade. Portanto, também não se configuraria como uma renúncia de receita, como algo que viesse já ingressando no caixa do governo federal nos últimos exercícios", afirma.

O argumento do governo federal não é novo. Durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), houve embate parecido - que, inclusive, chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas não prosperou.

Em abril de 2020, o então presidente da República assinou uma medida provisória que, entre outros pontos, estabeleceu iniciativas emergenciais de manutenção de emprego e renda por causa da pandemia da Covid-19. O Legislativo acrescentou a desoneração da folha até dezembro de 2021 e transformou a medida provisória em um projeto de lei.

Quando retornou ao Executivo, o trecho foi vetado por Bolsonaro, que alegou falta de previsão orçamentária. O Congresso Nacional derrubou o veto, e o então presidente entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, em dezembro de 2020. A Corte pautou o julgamento da ação somente para outubro de 2021.

Nesse intervalo, foi publicada uma lei que prorrogou a desoneração da folha para dezembro de 2023. Em fevereiro de 2022, o relator do processo, o agora ministro aposentado Ricardo Lewandowski, julgou prejudicada a ação, porque o período de desoneração previsto pela norma questionada, que foi até 31 de dezembro de 2021, já havia passado.

Antes, contudo, Lewandowski votou favoravelmente à manutenção da medida, conforme posicionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR). "É possível afirmar que a reoneração da folha [...] levaria a inúmeras demissões, levando-se em conta que o desemprego já alcança o recorde de 14,7% da população ativa do país para o primeiro trimestre de 2021 e corresponde a 14,8 milhões de pessoas. [...] Deve ser prestigiada a interpretação conferida pelo Congresso Nacional [que derrubou o veto de Bolsonaro]", afirmou o então relator do caso.

Centrais sindicais calculam que, sem a continuidade da desoneração, quase 1 milhão de postos de trabalho serão fechados. "Hoje são 9 milhões de postos de trabalho nos 17 setores que mais empregam no país. Amanhã esse número poderá ser reduzido para pouco mais de 8 milhões", analisa o manifesto conjunto das centrais sindicais direcionado a Lula. "Pedimos que mantenha esse compromisso com a classe trabalhadora, sancionando o projeto", afirmam os signatários, que representam 40 milhões de trabalhadores.

A pressão também é feita por parte dos setores patronais. "Trata-se de iniciativa crucial voltada a preservar empregos e solução oportuna enquanto não se aprova a desoneração linear para todos os setores, o que poderá ocorrer numa etapa futura da **reforma tributária**. Enquanto isso, o governo não pode permitir que se afaste esse modelo e que tenhamos efeitos desastrosos no desemprego e até no aumento da **inflação** e dos juros, o que acaba prejudicando a população em geral", diz ofício enviado ao presidente.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/veto-presidencial-a-desoneracao-da-folha-nao-teria-explicacao-juridica-dizem-especialistas-09112023>

"Há esforço do Congresso em apoiar o ministro Haddad"

Entrevista | Rodrigo Pacheco | Continuação

Está sendo pensado em votar algo sobre isso, alguma proposta legislativa?

Ainda não. O que estamos fazendo é um estudo sobre isso.

Vi que o presidente Lira se manifestou. Estamos conversando nesse entendimento.

Houve até uma manifestação do ministro Gilmar Mendes, dizendo exatamente isso.

Como imagina esse filtro?

Avaliando se é possível permanecer com esses autores como personagens legitimamente aptos a integrar no STF. É importante que um partido tenha legitimidade para isso, mas não pode ser um partido com pouco ou nenhuma representação parlamentar.

É preciso uma cláusula de barreira.

Outra questão foi a rejeição do defensor público-geral da União (Igor Roque) no plenário. A que atribui? O governo cochilou?

Sempre vi rejeições aqui, como presidente. Claro que tem mais aprovações do que rejeições.

Compreendo como natural tanto a aprovação quanto a rejeição. É o papel do Senado.

Se não fosse esse seu papel, não precisava de sabatina e submissão aos senadores de indicações para agências reguladoras, Cade, ministros dos tribunais superiores, DPU. Confesso que não sei o que houve nesse caso. É sempre desagradável ver uma rejeição, contra meu voto inclusive.

Votei a favor da sua indicação, a propósito.

Sobre o futuro, quais são as prioridades do senhor? Pretende se dedicar a algum tema específico, agora que a **Reforma Tributária** foi aprovada?

Vou me dedicar muito ao fim da reeleição em 2024. Para se ter mandato de cinco anos para o Executivo. Se atingir isso, terei o sentimento de dever cumprido.

Preservando os que estão no mandato. Considero o fim da reeleição uma grande realização para o país.

Acaba com o sentimento de que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas. Temos que acabar com esse estado permanente de eleição que o Brasil vive.

Termina uma eleição e começa outra. E vai reduzir valores de fundos eleitoral e partidário e também o custo da Justiça Eleitoral. Quem sabe consigamos aprovar a coincidência dos mandatos executivos com a eleição a cada cinco anos. Seria o modelo ideal para o Brasil.

Como tem visto a questão do deficit, da alteração da meta fiscal?

Foi uma meta ousada (deficit zero), mas possível. E, sendo possível, temos que perseguir-la.

O que não podemos é arguir a derrota, assumir a derrota antes do jogo. É perfeitamente possível atingi-la. Há um esforço do Congresso em apoiar o ministro Haddad.

Não é fácil ser ministro da Fazenda no Brasil. É muito difícil.

Acredita que as medidas necessárias na área econômica, que interessam ao governo Lula, serão aprovadas?

O que for de interesse dos brasileiros, sim. O que não for, não vai passar. Cada item será avaliado. O que for de natureza positiva, para crescer a economia, gerar emprego, não sacrificar o contribuinte, com isso vamos contribuir. Tem várias pendências, como o projeto que regula os fundos exclusivos, as offshores, já aprovado na Câmara. Devo despachar para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) a proposta de apostas esportivas, que tem urgência constitucional. Tem a legalização dos jogos, já aprovada na Câmara, a repatriação de ativos.

Temos uma meta para fazer o Brasil crescer.

Daqui a dois meses, o 8 de janeiro completará um ano. Que avaliação faz daquele episódio?

A avaliação é de que conseguimos superá-lo e salvar a democracia.

Vivemos momentos difíceis. O que se pretendeu ali foi mesmo dar um golpe, fazer uma ruptura democrática. Mas as instituições atuaram muito fortemente para impedir que isso ocorresse. Foi algo muito aviltante, humilhante, triste e repugnante o que ocorreu naquele 8 de janeiro no Brasil. Vi o estrago que foi feito no prédio do Senado e no da Câmara. Não é só algo material, mas imaterial também, que é a violação da democracia, que segue inabalada e forte.

Como avalia a polarização no país?

O Brasil não pode seguir dividido como está. É natural termos a esquerda e a direita, mas as pessoas têm que se respeitar. É possível viver com a divergência, o que não pode é um agredir o outro, alguém ser dono da verdade. As relações de amizade, da família, do trabalho alteradas. Temos que buscar a paz em todos os sentidos.

A respeito do futuro político do senhor, que, parece claro, está muito próximo do presidente Lula. E a esquerda não tem nomes fortes para disputar o governo de Minas em 2026.

O único lugar no qual me vejo é num tribunal, mas como advogado, carreira à qual me dediquei. Minas é um estado continental, tem uma ampla classe política, com muita gente disposta a entrar e disputar.

Ainda faltam três anos. Tem muitos nomes para disputar todos os cargos, até numa chapa de candidatura a presidente.

Minas não pode ficar de fora, e hoje estamos na presidência do Senado.

Negar, hoje, é natural, mas o nome do senhor é citado para outras disputas.

Não tenho como meta cargos.

Tenho um compromisso com o presente. O futuro, a Deus pertence, e vamos fazer uma avaliação. Sobre o ponto de vista de alguém como eu, que entrou na política para ter apenas um mandato como deputado, fui até além do que programei.

Estou muito realizado nessa minha participação na vida pública.

"Foi uma meta ousada (deficit zero), mas possível. E, sendo possível, temos que persegui-la. O que não podemos é arguir a derrota, assumir a derrota antes

do jogo. É perfeitamente possível atingi-la"

"A **Reforma Tributária** guarda uma sistematização, um item complementa o outro. É uma engrenagem que não pode ser desmontada com a supressão de determinados itens"

"Considero o fim da reeleição uma grande realização para o país. Acaba com o sentimento de que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas"

"Não tenho como meta cargos. Tenho um compromisso com o presente. O futuro, a Deus pertence, e vamos fazer uma avaliação"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/10/all.pdf>

Novo tributo para exportar impostos e inflacionar preços (Artigo)

Raul Jungmann Diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

A implementação do Imposto Seletivo (IS), contida na PEC 45 da **reforma tributária**, pode desencadear consequências adversas para a economia brasileira, conforme evidenciado por um estudo técnico do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da consultoria LCA. O IS tem o potencial de afetar não apenas os setores produtivos, incluindo a indústria de mineração e o setor de óleo e gás, mas também de alimentar a **inflação** e prejudicar as exportações.

O estudo enfatiza os efeitos do IS sobre os minerais metálicos, alertando que o aumento de custos nesse setor terá implicações tanto no mercado interno quanto nas exportações. Setores como siderurgia, automotivo, construção civil, utilidades domésticas, alimentos enlatados e embalagens, entre outros, dependem dos minérios como matéria-prima para a fabricação de seus produtos. Assim, a mineração, as cadeias industriais, o atacado, o varejo e, finalmente, o consumidor terão que suportar o ônus do Imposto Seletivo.

Com a aprovação do IS pelo Senado Federal - apesar das argumentações contrárias e alertas apresentados pelos setores diretamente atingidos -, os senadores julgaram que mais essa conta pode ser atribuída às empresas desses setores. No caso da indústria da mineração, o Brasil poderá se tornar o único do planeta a taxar o setor com o IS, como forma de compensar seus impactos. No entanto, a mineração já recolhe uma compensação em relação a isso (chamada CFEM) e ainda detém o título de aplicar a maior carga tributária sobre 12 dos principais minérios para a economia brasileira, na comparação com países concorrentes - apontam estudos da consultoria EY (Ernst Young).

O texto da PEC fere o princípio que norteou as discussões prévias da **reforma tributária**, ou seja, simplificar e reduzir a carga para, no caso do setor produtivo, estimular suas atividades e obter retorno em termos de promoção socioeconômica e crescimento do **PIB**. Nesse retorno da proposta à Câmara, a expectativa é de que os setores de mineração e óleo e gás, dois grandes geradores de contribuições ao desenvolvimento do país e potencializadores de investimentos, poderão ter sua sobretaxação revista.

É preciso muita atenção de todos a essa situação. Em relação à mineração, qualquer medida que afete a competitividade dessa indústria produzirá impactos significativos nos indicadores econômicos do país, como exportações totais, **PIB**, emprego e arrecadação tributária.

Isso porque o Brasil é um dos principais fornecedores de minério de ferro, responsável por 17% da oferta global desse produto em 2022.

O IS também pode frustrar os planos do governo federal em relação à expansão de minérios considerados críticos para o desenvolvimento de tecnologias relacionadas à transição energética. Minerais como alumínio, cobre, níquel, nióbio, vanádio e manganês são essenciais na produção de baterias, painéis solares, chips e condutores, itens fundamentais para a transição para uma economia de baixo carbono.

Outra preocupação é o impacto nas exportações minerais.

A incidência do IS poderá levar à perda de mercado internacional, resultando em retração nas divisas, favorecendo a importação e, ao mesmo tempo, inibindo a produção nacional - é o caso do potássio, usado na fabricação de fertilizantes, o que significará ainda mais peso sobre os custos do agronegócio.

Diante desses fatos, é necessário repensar a aplicação do Imposto Seletivo levando em consideração as implicações econômicas e os impactos negativos que essa medida pode gerar. Deve prevalecer, sobre os acordos políticos em prol da PEC 45, a busca por alternativas que não prejudiquem a economia brasileira. A mineração desempenha um papel fundamental no fornecimento de matérias-primas essenciais para a sociedade e requer cenários que promovam sua evolução, sem que possam ser comprometidos sua competitividade internacional e o bem-estar socioeconômico do país.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Novo tributo para exportar **impostos** e inflacionar preços

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/11/10/all.pdf>

Pacheco defende reavaliação da proposta do regime fiscal

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu ontem a reavaliação da proposta do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) feita pelo governador Romeu Zema (Novo). Para o senador, o texto que tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais não resolve o problema da dívida mineira. Pacheco avaliou que não é necessário "sacrificar servidores" nem se desfazer do patrimônio dos mineiros. E ressaltou que Zema precisa conversar com o governo federal. Em entrevista à imprensa, ele disse também que a aprovação da reforma tributária foi "um dia histórico".

"Após oito ou nove anos de recuperação fiscal, teremos certos benefícios para administrar até lá, mas daqui a nove anos nos depararemos com uma dívida não mais de R\$ 160 bilhões, mas, sim, de mais de R\$ 220 bilhões. Portanto, estaríamos apenas adiando o problema com esse regime, além de impor sacrifícios aos **servidores públicos**, que ficarão desestimulados, poderão haver paralisações e até atrasos nos salários", afirmou o parlamentar. "Sabemos que essa não é a solução para o problema. Sacrificar os servidores e vender ativos mineiros para pagar uma dívida?", questionou.

Pacheco se reuniu no último dia 3 com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar do assunto e disse que sentiu "toda disposição" do chefe do Executivo federal para resolver a questão. Para ele, a dívida deve ser renegociada e é necessário Minas ter um ponto de partida, que é determinar o valor exato da dívida, para então ter a disposição de pagá-la.

"Podemos nos sentar à mesa e declarar que não vamos pagar a dívida, assim como não temos feito nos últimos cinco anos. Isso pode envolver algum tipo de sistema de garantias. Além disso, se houver iniciativa do governo do estado para vender ativos como Codemig, Cemig e Copasa, talvez isso possa ser considerado como parte do pagamento à União, mantendo-os como patrimônio do povo mineiro e possibilitando a redução do valor da dívida", declarou também o senador.

Mais dialogo

Pacheco afirmou ainda que Romeu Zema precisa começar a dialogar com o governo federal. "Temos uma dívida que não é paga há cinco anos, que se

tornou uma bola de neve, é impagável e precisamos da ajuda do governo federal. Portanto, nos próximos dias, vou me dedicar a isso e tenho toda a disposição para dialogar também com o governo do estado", continuou.

Na avaliação de Pacheco, é crucial que o governador e o presidente Lula estejam dispostos a dialogar. "A ampliação do diálogo entre os dois é necessária. Não há outra alternativa. É essencial que o governador Zema esteja disposto a iniciar um diálogo com o presidente Lula. E é fundamental que Lula também esteja disposto a conversar com o governador Zema. Nós, políticos, sejamos governadores, senadores, deputados federais ou estaduais, devemos parar de atribuir culpa ou criar dificuldades. Precisamos nos unir neste momento, independentemente da linha ideológica, e encontrar uma solução para os problemas de Minas Gerais. O que está em jogo não é a vida política, nem o futuro político de nenhum desses personagens", afirmou.

Pacheco declarou ainda que sem o diálogo entre o governador e o presidente, milhares de mineiros serão prejudicados. "Então, isso é uma responsabilidade nossa, voltada para o futuro de Minas Gerais. Isso exige muita responsabilidade e maturidade", declarou.

Visita de lula

Além disso, o presidente do Senado mencionou que Lula expressou o desejo de visitar Minas. "Todas as vezes que o encontro, ele menciona que quer ir a Minas Gerais. E acredito que ele realmente vai. Ele fala muito sobre a BR-381, que é algo que destaquei para ele no início do mandato, e que considero, do ponto de vista de infraestrutura, a maior pendência que temos com Minas Gerais. Essa rodovia, conhecida como "Rodovia da morte", precisa ser solucionada, e ele compreende isso. Também abordo muito as barragens de água no norte de Minas, é importante avançarmos nesse aspecto", relatou.

O senador também informou que se reuniu com Tadeu Leite (MDB) para discutir o projeto do RRF. Segundo o presidente do Senado, o presidente da Assembleia Legislativa também demonstrou preocupação com o plano de Zema para ajustar as contas de Minas. Recentemente, durante uma visita à Assembleia, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira,

afirmou que tem mantido conversas com Pacheco para elaborar uma nova proposta para o plano do RRF.

Reforma tributária

Um dia após a aprovação da **reforma tributária**, Pacheco demonstrou otimismo de que a emenda constitucional seja promulgada ainda neste ano. Mas vê com certas reservas a hipótese de que essa promulgação se dê pelo fatiamento de trechos em comum dos dois textos, o do aprovado na Câmara e o do Senado, como sugeriu o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Pacheco entende ser uma tese possível e até cita que algo parecido se deu na reforma da Previdência, mas, prudente, entende que a **reforma tributária** requer mais cuidado.

"Foi um dia histórico para o Brasil, a aprovação de uma reforma desejada há mais de 40 anos. O sistema tributário precisava mudar e esta será uma entrega muito importante para a sociedade. A **reforma tributária** guarda sistematização, um item complementa o outro. É uma engrenagem que não pode ser desmontada, com a supressão de determinados itens. Não vou fechar questão, até porque isso foi ponderado pela Câmara. Não quero fazer um contraponto negativo a isso. Em tese, digo que numa **reforma tributária**, pode (o fatiamento) ter algum tipo de perplexidade ou de anormalidade se se promulgar uma parte e deixar de promulgar outra. Mas não estou dizendo que seja impossível" disse.

Decisões monocráticas

Rodrigo Pacheco defendeu a aprovação da emenda que restringe decisões monocráticas de ministros do tribunal. Tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição neste sentido e que está pautada para ser votada no próximo dia 21. Se pudesse votar, Pacheco disse que votaria a favor. Um presidente do Senado só vota em caso de desempate ou em votações secretas. "Se você olhar o cerne dessa PEC, vai concordar com a proposta. Evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados). E sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer. Não se trata de um enfrentamento com o STF ou de retaliação. É um aprimoramento do sistema jurídico. Se pudesse votar, meu voto seria sim, a favor."

Ações no supremo

Durante a entrevista, o presidente do Senado foi convergente com Arthur Lira em outro tema. O senador também defende um "filtro", uma "cláusula de

barreira" que impeça que partidos com pouca representatividade acionem o Supremo Tribunal Federal (STF) para alterar leis e projetos aprovados pelo Congresso Nacional. Ele revelou que está sendo estudada uma forma de se votar uma medida nesse sentido.

"Há um excesso de ações que provocam o Supremo. A legitimidade para entrar com uma ação é muito ampla. É preciso restringir o acesso ao STF. Pensar que uma lei votada no Congresso Nacional pode ser questionada por um partido que representa uma minoria de poucos parlamentares? E que se possa fazer um terceiro turno no STF de algo eminentemente legislativo, é um equívoco. É preciso um filtro de acesso a Suprema Corte. Uma cláusula de barreira", afirmou o parlamentar.

Meta fiscal

Durante a entrevista, Pacheco abordou também a importância do déficit zero defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 com a meta de déficit primário zero. Agora, qualquer eventual alteração na meta para o próximo ano terá de ser incluída em emenda ou uma alteração do próprio relator a ser votada pelo Congresso.

Com a aprovação do texto preliminar, o governo não pode mais mudar a meta fiscal para 2024 apenas por meio de mensagem modificativa ao projeto de lei. A expectativa é que o texto final da LDO do próximo ano, que orienta a elaboração do Orçamento, seja votado na semana de 20 de novembro.

"Foi uma meta ousada [déficit zero], mas possível. E, sendo possível, temos que persegui-la. O que não podemos é arguir a derrota, assumir a derrota antes do jogo. É perfeitamente possível atingi-la. Há um esforço do Congresso em apoiar o ministro Haddad. Não é fácil ser ministro da Fazenda no Brasil. É muito difícil", declarou Pacheco.

Fim de reeleição

Outro tema abordado pelo presidente do Congresso Nacional foi o fim da eleição para cargos no Executivo. "Vou me dedicar muito a esse assunto em 2024. Para se ter mandato de cinco anos para o Executivo. Se atingir isso, terei o sentimento de dever cumprido. Preservando os que estão no mandato. Considero o fim da reeleição uma grande realização para o país. Acaba com o sentimento que alguém entra no mandato sempre pensando na reeleição e deixa de tomar decisões corretas e devidas. Temos que acabar

com esse estado permanente de eleição que o Brasil vive. Termina uma eleição e começa outra. E vai reduzir valores de fundos eleitoral e partidário e também o custo da Justiça Eleitoral", afirmou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/11/2023/p1>

Democracia e transparência na gestão da Previdência Social (Artigo)

Wagner Balera Professor de direito previdenciário da PUC-SP e autor de mais de 50 livros em direito previdenciário

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) é o órgão incumbido de operar a democracia e a transparência na gestão da **Previdência Social**. Não é uma missão de seus membros e sim um dever constitucional.

Seria, pois, necessário que o CNPS explicasse como conseguiu, em poucos dias, promover a redução de despesas para o ano que vem da expressiva cifra de R\$ 12,5 bilhões. Sem embargo dos esforços gigantescos que estão sendo realizados pelo **INSS**, cujo presidente é do ramo, a fila não anda.

E a fila gerará, se andar, quase um milhão e setecentos benefícios a mais.

Mais benefícios, mais despesas. O **INSS** pagará, no ano que vem, R\$ 897,7 bilhões. Se quiser, veja quanto isso representa por dia, por hora, por mês. Um bom exercício para quem acha que o **INSS** nega tudo para todos os que batem na sua porta. Ah, é verdade. Alguém disse que a redução será decorrente da revisão de benefícios.

Como assim? O **INSS** consegue errar tanto ou tem sido, como disse certo autor há mais de 40 anos, "o reino das fraudes"?

Os julgados do Tribunal de Contas da União que têm cobrado a revisão dos benefícios apontam para a metade do corte que o CNPS acaba de fazer. É um colegiado muito mais otimista que aquele que entende formalmente de contas. E se trata de mera argumentação retórica. O TCU não dispõe de dados para quantificar possíveis irregularidades.

Se soubesse que o benefício de Caio ou de Flávia não é devido, já teria mandado cortar.

Sem querer ser pessimista, duvido muito de números tão pomposos. Muitas vezes, são cassados benefícios devidos, que o Poder Judiciário ordena que sejam restabelecidos. De todo modo, a principal causa das deficiências de funcionamento da **Previdência Social** são sobejamente conhecidas. E já as aponteí diversas vezes.

Veja-se que a Lei nº 8.213, que cuida da organização da **Seguridade Social**, ordenava a modernização do setor. Estamos falando de 1991. Sabem o que se fez com essa parte da lei? Foi revogada!

E o cadastro? Sem cadastro, não há controle. Sem modernização, não há revisão que possa vingar.

Será que o cadastro único do SUS, cujo trabalho meritório durante a pandemia deve ser aplaudido sempre, registrou uma a uma todas as pessoas que receberam as vacinas? Houve alguma tentativa de sincronizar os dados desse cadastro com os do **INSS**?

Que tal começarmos a discutir esse temário a sério, antes que tudo seja pretexto para uma nova reforma redutora de benefícios? Hoje, a pessoa nasce e é enquadrada como integrante do cadastro de pessoas físicas, dimensão econômica da realidade. Por que não se opera igualmente com o cadastro único do social?

A maioria dos beneficiários do **INSS** recebe prestações no valor de um salário-mínimo. Todos são titulares de um direito subjetivo. O Estado não faz nenhum favor a eles, nem lhes deu qualquer coisa. O benefício foi custeado pelos trabalhadores e pelas empresas.

Falar-se, pois, em revisão de benefícios como se fosse algo temível é estranho. Quem tem direito deve receber. E se houve algo indevido, que se verifique, mediante procedimento apropriado, o ocorrido. Não para que seja cancelada sumariamente a prestação. Se não for devida, há de ser cancelada, e, se alguém concedeu sem base, deve responder pelo ocorrido. Em suma, revisão não é medida de economia e sim de justiça social.

De todo modo, algo não soa bem com essa abrupta tesourada no orçamento. A máquina administrativa da **Previdência Social** sempre foi caracterizada por quadros de excelência, inclusive deu ao país uma estrutura modelar. Ultimamente, porém, com a ausência de reposição dos quadros, em razão das aposentadorias e dos desligamentos, falta pessoal para tocar a instituição.

A fila dos benefícios é um sintoma, sim. Grave, mas

não o único.

É hora de se promover debate sério sobre a melhor utilização do que se pretende cortar do orçamento sem a cabal, devida e consistente explicação de motivos e razões, e sem que se apontem as falhas estruturais que poderiam, e deveriam, ser corrigidas com recursos necessários e suficientes.

Ademais, e adentrando em outras duas linhas de consideração, é necessário que seja reinstalado o Conselho Nacional de **Seguridade Social**, criado pela Lei nº 8.212, de 1991, e estranhamente suprimido pela Medida Provisória nº 1.799, de 1999. O Supremo Tribunal Federal, na ADI 2.065, cujo julgamento foi publicado em 2004, preferiu se omitir sobre o tema de tão alta relevância. Esse seria o foro adequado para o debate dos recursos devidos ao sistema e do controle da respectiva destinação.

É igualmente necessário que o Plano de Custeio da **Seguridade Social** contemple, com rigor, todo o montante necessário ao cabal e integral atendimento (art. 198, da Constituição) dos direitos estabelecidos pela Ordem Social Constitucional (título VIII). Saúde, previdência e assistência configuram, em nosso país, o catálogo essencial dos direitos humanos sociais consagrados pela Declaração de Direitos Humanos de 1948, subscrita pelo Brasil. É hora de cumpri-los sem desculpas de falta de verbas!

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Democracia e transparência na gestão da **Previdência Social**

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/10/all.pdf>

Um descrédito fiscal contratado (Editorial)

O rombo de R\$ 18,1 bilhões apurado pelo Banco Central (BC) nas contas públicas de setembro, aliado à expectativa de que a Casa Civil vença a disputa com o Ministério da Fazenda para alterar a meta de déficit zero em 2024, descredencia de vez a agenda de ajuste fiscal do governo. Pelas contas do BC, nos 12 meses encerrados em setembro, o setor público consolidado - que além das contas do governo federal inclui Estados e municípios - está em R\$ 101,9 bilhões, ou 0,97% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Tudo bem que, na prática, o resultado que vale de fato para balizar a meta fiscal é o do governo central, cálculo que exclui Estados e municípios, já que a União não está mais obrigada a compensar os resultados dos governos regionais. Mas não faz tanta diferença, pois o estouro continua enorme, com R\$ 16,5 bilhões no vermelho em setembro. Isso pelas contas do BC, porque para o Tesouro Nacional o resultado para o mesmo mês foi positivo em R\$ 11,5 bilhões.

A mágica bilionária entre o déficit de um lado e o superávit de outro ocorre pela contabilização, pelo Tesouro, de recursos não sacados do PIS/Pasep por anos, uma conta que o Banco Central não avalia. O BC chegou a classificar de "altamente incomum" o registro de receitas extraordinárias como primárias.

Resta saber como o Tribunal de Contas da União (TCU), que avalia oficialmente o cumprimento das metas fixadas pelo governo, vai analisar esses lançamentos.

Deixando de lado as diferenças de contabilidade - seja ela criativa ou não, o que ainda promete gerar muita polêmica -, o resultado de 2023 caminha para comprovar a forte deterioração das contas públicas, com receitas muito aquém do que pretendia o governo e despesas públicas muito além do que gostaria o contribuinte. E o rombo tende a aumentar em 2024, levando ao descrédito o governo e jogando por terra todo o esforço para a definição do arcabouço fiscal.

Os últimos resultados anunciados pelo BC foram especialmente impactantes por terem vindo bem abaixo do previsto por analistas do mercado financeiro.

De agosto para setembro, a relação entre o déficit público e o **PIB** em 12 meses saltou de 0,7% para quase 0,97% do **PIB**. Os números tornam mais depreciada a retórica do governo de manutenção da

estabilidade fiscal e mais acirradas as divergências entre ministros sobre o rumo a seguir.

Os sinais que chegam da Casa Civil, de Rui Costa, e de parlamentares, principalmente do PT, é de que o ajuste da meta poderá ser de 0,5%, 0,75% ou até 1% do **PIB**. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por sua vez, mantém o discurso de zerar o déficit em 2024, mesmo abatido pelo petardo lançado pelo próprio presidente Lula, que em declaração pública recente disse que essa meta "dificilmente será cumprida".

Lula da Silva continua dando uma no cravo e outra na ferradura. Afaga seu ministro da Fazenda enquanto pede aos demais para serem "os melhores gastadores de dinheiro em obras". O governo precisa, antes de tudo, unificar o discurso e definir suas reais prioridades.

Ao que tudo indica, infelizmente, a austeridade fiscal não é uma delas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O arcabouço como ele é - ROGÉRIO WERNECK

ROGÉRIO WERNECK

Para que a ruidosa discussão sobre o abandono da meta de déficit primário zero em 2024 seja corretamente entendida, é preciso ter clareza sobre a real natureza do novo arcabouço fiscal proposto pelo governo e, afinal, aprovado pelo Congresso em substituição ao teto de gastos.

A esta altura, já não há como ter dúvida de que se trata de um mal disfarçado esquema de expansão fiscal inconsequente.

Simulações de dinâmica de dívida sugerem que, do manejo das contas públicas que o governo pretende adotar, decorrerá um salto de pelo menos 10 pontos percentuais na dívida bruta como proporção do **PIB** ao longo do atual mandato presidencial.

De menos de 73% do **PIB**, no final de 2022, para 83% do **PIB**, ou mais, ao fim de 2026.

Para atenuar resistências a tamanha expansão fiscal, o governo anunciou, no fim de março, como prova de seu pretensu compromisso com a responsabilidade fiscal, que o déficit primário ficaria limitado a 0,5% do **PIB** em 2023, seria zerado em 2024 e convertido em um superávit de 0,5% do **PIB** em 2025, que chegaria a 1% do **PIB** em 2026.

O que boa parte da opinião pública não percebeu é quão pírias eram tais metas fiscais. No frígido dos ovos, tomados os déficits e superávits prometidos, o esforço acumulado de geração de superávit primário ao longo de todo o mandato não passaria de 1% do **PIB**. Um valor irrisório quando se tem em conta que o superávit primário anual requerido para manter constante a dívida bruta como proporção do **PIB** é de pelo menos 1,5% do **PIB**.

Em outras palavras, as metas fiscais do governo gerariam, ao longo de quatro anos, não mais que dois terços do superávit primário requerido por ano para manter o endividamento público estável. Não é de espantar que a dívida como proporção do **PIB** esteja fadada a dar o salto que se antevê.

Mas a verdade é que, por incrível que pareça, o anúncio esperto de metas fiscais pírias funcionou em alguma medida.

Parte da opinião pública - e do mercado, é bom que se diga - permitiu-se ficar bem impressionada.

Deixou-se levar pelo ilusionismo. As metas mostraram-se eficazes como camuflagem.

Conseguiram embaçar a percepção da extensão da expansão fiscal que o governo de fato deflagrara.

Pois não é que, agora, o Planalto parece ter decidido chutar o pau da barraca e anunciar que nem a meta píria de zerar o déficit primário em 2024 o governo está disposto a cumprir?

Além de outras consequências mais sérias, isso deverá, afinal, permitir que quem achava que as metas eram para valer passe a perceber o arcabouço como de fato é.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
O arcabouço como ele é

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>